

MAÍRA DE SIQUEIRA IANUCK

**RETRATO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO DISTRITO FEDERAL POR  
MEIO DE UMA ANÁLISE COMPARATIVA COM OS MUNICÍPIOS DO  
ENTORNO.**

CURITIBA  
2016

MAÍRA DE SIQUEIRA IANUCK

RETRATO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO DISTRITO FEDERAL POR MEIO  
DE UMA ANÁLISE COMPARATIVA COM OS MUNICÍPIOS DO ENTORNO.

Trabalho apresentado como requisito parcial para  
obtenção do título de Especialista em Agronegócio com  
ênfase em Mercado no curso de Pós-graduação do  
Departamento de Economia Rural e Extensão, Setor de  
Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Eugênio Stefanelo

CURITIBA

2016

*A minha filha **Alice**.*

## **AGRADECIMENTOS**

A todos que cooperaram e estiveram do meu lado, durante este período, onde muitas coisas aconteceram ameaçando a conclusão desta etapa tão sonhada.

A Universidade Federal do Paraná pela grande e bela oportunidade de estudar com excelentes docentes, sou muito grata pela compreensão e cooperação num dos momentos mais difíceis da minha vida na qual por muito pouco impediu a conquista do termino deste curso.

Agradeço em especial a todos os colegas do curso, que apesar da distancia, cooperamos uns com os outros e firmamos laços.

O Professor Dr. Eugênio Stefanelo pelas orientações, paciência e compreensão.

*“ Cada pessoa deve trabalhar para o seu aperfeiçoamento e, ao mesmo tempo,  
participar da responsabilidade coletiva por toda a humanidade”*

*Marie Curie*

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Estabelecimentos e área da agricultura familiar e agricultura não familiar segundo unidade da federação e região econômica do país.....	28
TABELA 2 - Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos da agricultura familiar, por condição do produtor em relação às terras segundo unidade da federação e região econômica do país .....	30
TABELA 3 – Quantidade de estabelecimento, produção, área colhida e valor da produção, segundo as variáveis selecionadas dos empreendimentos da agricultura familiar e não familiar no Brasil.....	33
TABELA 4 - Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram receitas e Valor das receitas obtidas no ano por tipo de receita agricultura familiar segundo unidade da federação e região econômica do país .....	36
TABELA 5 - Valores absolutos do produto interno bruto, expressos em mil reais de 2006, discriminado em agricultura familiar e não familiar e por subsetores, segundo as regiões econômicas do país.....	41
TABELA 6 - Número de estabelecimentos da agricultura familiar segundo a sua organização social segundo unidade da federação e região econômica do país .....	42
TABELA 7 – Quantidade de pessoal ocupado em estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar, total e de 14 anos e mais segundo unidade da federação e região econômica do país.....	44
TABELA 8 - Número de estabelecimentos da agricultura familiar nível de instrução da pessoa que dirige o estabelecimento segundo unidade da federação e região econômica do país.....	45
TABELA 9 - Número de DAP ativas por grupo de enquadramento ao Pronaf, segundo unidade da federação e região econômica do país .....	47
TABELA 10 – Área medida dos estabelecimentos da agricultura familiar segundo unidade da federação e região econômica do país .....	48

TABELA 11 (auxiliar) - Domínio do fator terra dos agricultores familiares .....	50
TABELA 12 – Quantidade de estabelecimento por domínio no fator terra segundo unidade da federação e região econômica do país .....	51
TABELA 13 - Valor bruto da produção dos agricultores familiares dentro e fora do estabelecimento, a preços de setembro 2014, por grupo de enquadramento ao Pronaf e segundo UF's e regiões econômicas do país.....	55
TABELA 14 (auxiliar) - Alternativas de registro da organização ou grupo social a que o agricultor familiar pertença .....	57
TABELA 15 – Quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar por forma de organização social segundo unidade da federação e região econômica do país .....	58
TABELA 16 (auxiliar) - Relação das Ocupações Principais dos Agricultores Familiars.....	59
TABELA 17 - Quantidade de estabelecimento da agricultura familiar por ocupação principal segundo unidade da federação e região econômica do país .....	60
TABELA 18 – Número de ocorrência e média de força de trabalho total - homens/ano, por estabelecimento da agricultura familiar, segundo unidade da federação e região econômica do país.....	62
TABELA 19 (auxiliar) - alternativas para registro de escolaridade e seus respectivos parâmetros de conversão para anos de estudo .....	63
TABELA 20 – Média de anos de estudo dos agricultores familiar segundo unidade da federação e região econômica do país.....	64
TABELA 21 – Idade média dos agricultores familiares segundo unidade da federação e região econômica do país.....	66
TABELA 22 - Área territorial e módulo fiscal do Distrito Federal e municípios do Entorno.....	72
TABELA 23 - Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar do distrito federal e municípios do entorno .....	73

TABELA 24 – Área média dos estabelecimentos e quantidade de estabelecimentos por grupo total de área da agricultura familiar do Distrito Federal e municípios do Entorno.....	74
TABELA 25 – Quantidade de estabelecimento da agricultura por condição do produtor em relação às terras do distrito federal e municípios do entorno .....	76
TABELA 26 – Quantidade de estabelecimento e valor de receitas obtidas por grupo de produtos pelos agricultores familiar do Distrito Federal e municípios do Entorno.....	77
TABELA 27 - Número de estabelecimentos por tipo de organização social dos agricultores familiar do Distrito Federal e municípios do Entorno....	79
TABELA 28 – Quantidade de pessoal ocupado em estabelecimentos da agricultura familiar total e de 14 anos e mais do Distrito Federal e municípios do Entorno.....	80
TABELA 29 – Quantidade de estabelecimento por nível de instrução da pessoa que dirige o estabelecimento do Distrito Federal e municípios do Entorno.....	80
TABELA 30 – Quantidade de DAP ativas do Distrito Federal e municípios do Entorno.....	82
TABELA 31 – Área média dos estabelecimentos e quantidade de estabelecimentos por grupo total de área da agricultura familiar do Distrito Federal e municípios do Entorno.....	83
TABELA 32 – Quantidade de estabelecimentos por uso e posse da terra no Distrito Federal e municípios do Entorno.....	85
TABELA 33 - Quantidade de estabelecimento por organização social dos agricultores familiar do Distrito Federal e municípios do Entorno....	86
TABELA 34 – Quantidade de estabelecimento por ocupação principal dos agricultores familiar do Distrito Federal e municípios do Entorno....	87
TABELA 35 – Média de força de trabalho permanente nos estabelecimentos da agricultura familiar do Distrito Federal e municípios do Entorno .....	88



TABELA 36 – Média de força de trabalho eventual nos estabelecimentos da agricultura familiar do Distrito Federal e municípios do Entorno .....	88
TABELA 37 – Média de membros familiares nos estabelecimentos da agricultura familiar do Distrito Federal e municípios do Entorno .....	89
TABELA 38 – Média de anos de escolaridade dos agricultores familiar do Distrito Federal e municípios do Entorno.....	89
TABELA 39 – Idade média dos agricultores familiar do Distrito Federal e municípios do Entorno.....	90

## **LISTA DE SIGLA**

ANPA - Associação Nacional dos Pequenos Agricultores  
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CMN - Conselho Monetário Nacional  
CNA - Conselho Nacional da Agricultura  
CFCPR - Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural  
DAP - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
EMATER - Empresa Assistência Técnica e Extensão Rural  
FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação  
PDOT - Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal  
PNRA - Programa Nacional da Reforma Agrária  
PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática  
UF - Unidade da Federação  
UFPR - Unidade Familiar de Produção Rural  
VBP - Valor Bruto da Produção

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	15
2	OBJETIVOS .....	16
2.1	OBJETIVO GERAL.....	16
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	16
3	AGRICULTURA FAMILIAR .....	17
3.1	CONCEITO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	17
4	METODOLOGIA.....	21
4.1	DESCRIÇÃO DA BASE DE DADOS DE DAP .....	22
4.2	EXTRAÇÃO DOS DADOS, ELABORAÇÃO DAS TABELAS E TRATAMENTOS DOS DADOS.....	23
5	AGRICULTURA FAMILIAR SEGUNDO O CENSO AGROPECUÁRIO DO IBGE E O BANCO DE DADOS DAS DECLARAÇÕES DE APTIDÃO AO PRONAF .....	25
5.1	CENSO AGROPECUÁRIO DO IBGE .....	25
5.1.1	Agricultura Familiar Segundo O Censo .....	26
5.1.1.1	Quantidade De Estabelecimento E Área Ocupada Dos Agricultores Familiares Segundo O Censo De 2006.....	26
5.1.1.2	Condição Do Uso Da Terra dos Agricultores Familiares segundo o Censo de 2006.....	30
5.1.1.3	Agricultura Familiar Brasil - Principais Culturas, Quantidade de Estabelecimento, Produção, Área e Valor da Produção dos Agricultores Familiares segundo o Censo de 2006.....	33
5.1.1.4	Receitas obtidas pelos Agricultores Familiares e Produto Interno Bruto do setor primário o Censo de 2006 .....	36
5.1.1.5	Organização social dos Agricultores Familiares segundo o Censo de 2006.....	42
5.1.1.6	Força de Trabalho dos Agricultores Familiares segundo o Censo de 2006.....	44
5.1.1.7	Escolaridade dos Agricultores Familiares segundo o Censo de 2006.....	45
5.2	DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF.....	47
5.2.1	Agricultura Familiar segundo a Declaração de Aptidão ao Pronaf.....	47
5.2.1.1	Quantidade de DAP por Unidade da Federação .....	47
5.2.1.2	Área Do Estabelecimento dos Agricultores Familiares, segundo a DAP.....	48
5.2.1.3	Condição De Posse E Uso Da Terra dos Agricultores Familiares, segundo a DAP.....	50
5.2.1.4	Valor Bruto da Produção.....	55
5.2.1.5	Organização Social dos Agricultores Familiares, segundo a DAP.....	57
5.2.1.6	Ocupação Principal dos Agricultores Familiares, segundo a DAP.....	59
5.2.1.7	Força De Trabalho dos Agricultores Familiares, segundo a DAP .....	62
5.2.1.8	Escolaridade dos Agricultores Familiares, segundo a DAP .....	63
5.2.1.9	Idade dos Agricultores Familiares, segundo a DAP.....	66
6	AGRICULTURA NO DISTRITO FEDERAL E REGIÃO DO ENTORNO.. .....	68
6.1	DISTRITO FEDERAL .....	68

6.2	COMPARATIVO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO DISTRITO FEDERAL COM A AGRICULTURA FAMILIAR DOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO .....	72
6.2.1	Agricultura Familiar Do Distrito Federal e Entorno segundo o Censo IBGE 2006.....	72
6.2.1.1	Quantidade de estabelecimentos da Agricultura Familiar Do Distrito Federal e Entorno segundo o Censo IBGE 2006 .....	72
6.2.1.2	Área média dos estabelecimentos e totais por grupo da Agricultura Familiar Do Distrito Federal e Entorno segundo o Censo IBGE 2006.....	74
6.2.1.3	Uso Da Terra pelos Agricultores Familiares Do Distrito Federal e Entorno segundo o Censo IBGE 2006 .....	76
6.2.1.4	Receitas obtidas pelos Agricultores Familiares Do Distrito Federal e Entorno segundo o Censo IBGE 2006 .....	77
6.2.1.5	Organização Social dos Agricultores Familiares Do Distrito Federal e Entorno segundo o Censo IBGE 2006 .....	79
6.2.1.6	Força de Trabalho ocupada pela Agricultura Familiar Do Distrito Federal e Entorno segundo o Censo IBGE 2006 .....	80
6.2.1.7	Níveis de Escolaridade dos Agricultores Familiares Do Distrito Federal e Entorno segundo o Censo IBGE 2006 .....	80
6.2.2	Agricultura Familiar Do Distrito Federal e Entorno segundo a DAP ..	82
6.2.2.1	Quantidade de Estabelecimentos da Agricultura Familiar do Distrito Federal e Entorno segundo a DAP.....	82
6.2.2.2	Área média dos estabelecimentos dos agricultores familiares do DF e Entorno, segundo a DAP.....	83
6.2.2.3	Condição e Uso da Terra dos Agricultores Familiares do DF e Entorno, segundo a DAP.....	85
6.2.2.4	Organização Social dos Agricultores Familiares do DF e Entorno, segundo a DAP.....	86
6.2.2.5	Ocupação Principal dos Agricultores Familiares do DF e Entorno, segundo a DAP.....	87
6.2.2.6	Força De Trabalho.....	88
6.2.2.7	Escolaridade dos Agricultores Familiares do DF e Entorno, segundo a DAP.....	89
6.2.2.8	Idade dos Agricultores Familiares do DF e Entorno, segundo a DAP	90
7	CONCLUSÕES .....	91
8	SUGESTÕES .....	94
	REFERENCIAS.....	95
	ANEXO I - LEI DA AGRICULTURA FAMILIAR .....	97

## **RESUMO**

Este trabalho teve como objetivo caracterizar a agricultura familiar do Distrito Federal realizando um comparativo com os municípios que tem fronteira direta. Primeiramente desenvolvendo uma representação das características básicas da agricultura familiar brasileira, utilizando tanto os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, quanto às informações contidas no banco de dados da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Os dados e informações analisadas desenharam um cenário onde demonstra a importância da agricultura familiar brasileira para a economia, como também mostrou a disparidade na diferença em vários itens analisados entre agricultores familiares estando tão próximos em relação ao território, como também o peso e a necessidade de se estudar este grupo tão heterogêneo, para poder estruturar políticas e instrumentos para melhor auxiliar nas suas diversas necessidades.

Palavras Chaves: agricultura familiar, Distrito Federal, DAP, Censo.

## **ABSTRAC**

This study aimed to characterize the family farm of the Federal District performing a comparison with the municipalities that have a direct border. First developing a representation of the basic characteristics of the Brazilian family farming, using both the data provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics, for the information contained in the Declaration of Aptitude database to the National Family Farming Strengthening Program of the Ministry of Agrarian Development . The data and information analyzed drew a scenario which demonstrates the importance of the Brazilian family farming to the economy, but also showed the disparity in the difference on items analyzed between family farmers being so close in relation to the territory, as well as the weight and the need for to study this diverse group to be able to structure policies and tools to better assist in your various needs.

Key words : family farming , Federal District, DAP , Census .

## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é composta por grupos de extrema diversidade, alguns inseridos no mais moderno complexo do agronegócio e outros que fazem parte da extrema pobreza. Vários fatores contribuem para estas diversidades, sua formação ao longo da história, heranças culturais, diferentes acessos aos recursos naturais, capital humano e, até mesmo, características geopolíticas do Brasil.

Em função do complexo universo da agricultura familiar, foram determinados fatores de diferenciação para apartar este grupo dos demais, como limitação da renda, força de trabalho e delimitação do tamanho do estabelecimento, sendo esse último critério estabelecido por município.

Pela sua peculiaridade, o Distrito Federal foi tratado como um único município, colocando todos os agricultores em um único parâmetro, o que gera grande disparidade quando comparados com agricultores familiares do entorno.

Tratando-se do tamanho da propriedade, que leva em consideração o módulo fiscal estabelecido no estatuto da terra, apenas 0,09% dos municípios brasileiros são enquadrados como o Distrito Federal, sendo que o maior deles em território é quatro vezes menor em relação ao Distrito Federal.

Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de 2006, o Distrito Federal é a única Unidade da Federação em que a agricultura familiar, em número de estabelecimentos, é menor que o número de não agricultores familiares. A existência de poucos estudos realizados no Distrito Federal envolvendo os dados do Censo, das Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal - EMATER, também justifica a realização deste estudo.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

Analisar as principais características da agricultura familiar no Distrito Federal, segundo o Censo e as DAPs, e comparar com a agricultura familiar dos municípios do Entorno.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Descrever as principais características da agricultura familiar do Distrito Federal segundo as informações do Censo;

Descrever as principais características da agricultura familiar do Distrito Federal segundo as informações das DAPs; e

Comparar a agricultura familiar do Distrito Federal com a agricultura familiar dos municípios do Entorno.



### 3 AGRICULTURA FAMILIAR

#### 3.1 CONCEITO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Para discutir a temática da agricultura familiar é necessária a conceituação do termo, tendo em vista que é extremamente diversificada, abrangendo desde famílias que produzem apenas para sua subsistência vivendo e explorando minifúndios, como grupos que estão inseridos no moderno agronegócio. Essa diferença está associada ao próprio contexto de formação dos grupos ao longo da história, a heranças culturais variadas, à experiência profissional e de vida, ao acesso e à disponibilidade diferenciada de um conjunto de fatores, dentre quais, os recursos naturais, o capital humano e o capital social, ao acesso diferenciado aos mercados e a inserção socioeconômica dos produtores. (BATALHA e FILHO 2005, p.14).

Porém, ainda segundo Batalha e Filho (2005, p.16), no contexto histórico, a agricultura familiar era vista e tratada apenas como um setor atrasado, tanto no âmbito social quanto econômico e tecnológico, configurando um trabalho apenas para a sobrevivência. Por essa razão, a sociedade brasileira não reconhecia o papel importante da agricultura familiar, sempre considerando a monocultura como atividade econômica de destaque, e principal beneficiada dos investimentos públicos. A agricultura familiar costumava ser vista como sinônimo de pobreza e de subdesenvolvimento, e o homem do campo era considerado incapaz de tomar decisões inteligentes e de gerenciar os seus negócios (INCAPER, 2011).

A agricultura familiar no Brasil apenas começou a ser tratada como um grupo diferencial, a ponto de ser estudada, após a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF em agosto de 1996. Até então eram tratados como pequenos produtores, segundo SHNEIDER, SILVA E MARQUES (2004. p.1):

A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. O surgimento deste programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado, em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores

familiares – que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência.

Nos últimos anos, o conceito de agricultura familiar foi se modificando em relação ao tamanho da propriedade, a geração de renda e a força de trabalho.

Em 24 de julho de 2006, foi assinada a Lei nº 11.326 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais tendo como referência os normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional - CMN. A lei estabelece os requisitos exigidos para identificação dos agricultores familiares, mais abrangentes, deixando as especificidades e características pontuais para cada política pública dirigida a esse público. Assim, por exemplo, a política de crédito rural deve se balizar na Lei da Agricultura Familiar ao estabelecer os requisitos exigidos para acesso às operações de crédito rural ao amparo do PRONAF (SILVA. 2014).

O art. 3º define os critérios de enquadramento como agricultor familiar<sup>1</sup>.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

O reconhecimento dessa categoria tem se dado de três formas principais, distintas, mas complementares entre si: primeiro, o aumento de sua importância política, a exemplo com a criação da Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETRAF e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; segundo, ao reconhecimento institucional propiciado pela definição de espaços no governo, definição de políticas públicas e pela lei da agricultura familiar e a terceira, a inversão do

---

<sup>1</sup> Lei nº 11.326 em anexo

reconhecimento negativo, que eram atribuídos à agricultura familiar como atrasada, ineficiente e inadequada. (PICOLOTTO, 2011).

Por outro lado, o conceito de agricultura familiar não se restringe ao conceito operacional da legislação. Há que se considerar a construção da identidade social através da apropriação objetiva e social do termo agricultura familiar. Essa apropriação não é apenas nominal, pois gera impactos práticos na forma de distribuição de recursos, na definição de problemas sociais prioritários e projetos políticos para a categoria (SAUER, 2008).

Depois de diversos estudos e de uma evolução no conceito da agricultura familiar, ela começou a ganhar destaque e ser vista com outros olhos, como afirma Picolotto (2011, p. 22)

Os agricultores familiares seriam um grupo capaz de se adaptar às modernas exigências do mercado, que se diferenciam dos demais pequenos produtores incapazes de assimilar tais modificações. A ideia central é a de que o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna e, de certa forma, ele resulta da própria atuação do Estado.

Uma das características que deve ser levada em consideração quando se trata do conceito da agricultura familiar é o modo como a mão de obra é executada, em um artigo apresentado por Wanderley (1996), o caráter familiar desse modelo de agricultura não é um mero detalhe superficial e descritivo, mas “o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente”. Sobre a estratégia familiar como central, Wanderley argumenta de forma complementar, em outro trabalho, que “mais do que a diferença quanto aos níveis de renda auferida, que apenas reconstrói o perfil momentâneo dos agricultores familiares, é a diferenciação das estratégias familiares que está na origem da heterogeneidade das formas sociais concretas da agricultura familiar” (2009, p.15). O “modelo familiar” teria como característica uma relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários, a ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de

decisões imediatas, adequadas ao alto grau de previsibilidade do processo produtivo (FAO/INCRA. 1994).

O estabelecimento de produção familiar é aquele que procura manter alto nível de capital de exploração; realizar a produção com base na força de trabalho familiar; produzir prioritariamente para o mercado; desenvolver sistemas de produção intensivos, geralmente, com poucas linhas de produção; possuir superfície de terra igual ou superior ao módulo regional, de acordo com Lima (2005, p.39).

Pode-se perceber que o conceito da agricultura familiar é complexo pelas inúmeras características atribuídas a este setor. Um estudo realizado através de convênio de cooperação técnica entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA define agricultura familiar “[...] a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva” (INCRA/FAO, 1996: 4).

Logo, o conceito da agricultura familiar é utilizado como um grande arcabouço conceitual, que abriga inúmeras situações, em contraposição à agricultura patronal, tendo como ponto focal da polarização o tipo de mão-de-obra e de gestão empregadas.

Neste trabalho, aqueles agricultores que não foram classificados pelo Censo como agricultores familiares pelas suas características, serão nominados como agricultores não familiares, além disso não foram utilizados critérios além dos bancos de dados para a distinção entre os dois grupos, agricultores familiares e agricultores não familiares.

## 4 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a caracterização da agricultura familiar no Distrito Federal considerou trabalhos anteriormente realizados e as pesquisas secundárias, buscando-se traçar o retrato do grupo.

Segundo Gil (1994), a forma de se atingir o conhecimento é utilizar os procedimentos intelectuais e técnicos como método científico como meio para se chegar em determinado fim.

A realização do trabalho foi dividida em duas etapas: I – Revisão de literatura e II – Levantamento de dados e análise das informações disponíveis pelo IBGE e Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

O desenvolvimento do trabalho exigiu o domínio dos dados das Unidades Familiares de Produção Rural - UFPR. Duas são as alternativas de base de dados capazes de atender a essa exigência. A primeira é o Censo Agropecuário levantado pelo IBGE com dados coletados em 2007, tendo por referência o ano de 2006. A segunda é a base de dados de DAPs ao Pronaf, sob gestão da Secretaria da Agricultura Familiar - SAF do MDA. As duas apresentam vantagens e desvantagens.

Os dados do Censo Agropecuário de 2006 apresentam como vantagem a estrutura da pesquisa censitária contemplando amplo detalhamento da caracterização do agricultor familiar. Como desvantagem, há a defasagem dos dados, pois, já se passaram quase dez anos da coleta dos dados. Nesse período, a agricultura geral sofreu mudanças estruturais como o deslocamento da produção de grãos da região sul do país para a região centro-oeste. A consolidação da produção de milho da segunda safra que atualmente supera a produção da primeira safra. O número e a área dos estabelecimentos agropecuários devem ter aumentado, mantida a tendência extraída da análise comparada entre os dados do Censo Agropecuário 2006 e o anterior de 1995/1996. Essas mudanças também afetam os números da Agricultura Familiar. Outra desvantagem reside na dificuldade de acesso aos dados, pois, alguns desses, são protegidos pelo diploma do sigilo de dados e informações que não permite acesso aos dados individualizados.

Em contrapartida, a base de dados de DAP apresenta como

desvantagem o reduzido número de variáveis coletadas limitando a determinação do perfil do agricultor familiar. As vantagens da DAP são: i) apesar do aspecto voluntário da identificação do agricultor familiar, o número de UFPR mostra-se crescente ao longo do tempo (atualmente são mais de cinco milhões de UFPR identificadas na base de dados de DAP); ii) os dados das UFPR são sistematicamente atualizados pela emissão de novas DAPs sempre que ocorra qualquer alteração na identificação e qualificação da UFPR; iii) a base de dados mantém o histórico evolutivo das UFPR, ao manter em base de dados todas as DAPs emitidas para cada UFPR permitindo análises preliminares causais e de causas e efeitos; e, iv) os dados são franqueados para a pesquisa, com observância do sigilo dos dados e informações.

Na análise comparada das duas alternativas a desvantagem da utilização da base de dados da DAP deixa de ser relevante uma vez que os dados coletados quando do registro de uma UFPR na base de dados da SAF tem como única finalidade a identificação e qualificação dos agricultores familiares, na forma como disposto na legislação que regula a matéria (ver Lei 11.326 de 2006). Por outro lado, as desvantagens da utilização dos dados censitários (para realização deste estudo) constituem impeditivos para a identificação e qualificação dos agricultores familiares atualizadas. Por tais motivos, optou-se pela utilização da base de dados das DAPs..

#### 4.1 DESCRIÇÃO DA BASE DE DADOS DE DAP

As DAPs tem por finalidade identificar e qualificar as UFPRs. Os dados registrados são declaratórios dos representantes (agricultores familiares) das UFPRs e tem caráter voluntário, pois, o agricultor familiar não é obrigado a identificar-se perante a SAF. Contudo, o acesso às políticas públicas dirigidas a essa categoria de produtores rurais exige sua identificação e qualificação por intermédio da DAP.

A estrutura de dados da DAP é dividida em quatro partes:

Parte 01 – Denominada Cadastro do Agricultor Familiar tem por finalidade coletar dados pessoais dos titulares da UFPR que permitam identificar e qualificar cada um dos titulares responsáveis pela Unidade

Familiar, além de dados da condição conjugal e da localização domiciliar.

Parte 02 – Denominada Características sócio-econômicas das UFPR, por intermédio da qual são registrados dados da vinculação a Organismos Sociais, Domínio e Posse do Fator Terra, além de Principais Atividades Desenvolvidas pela UFPR contemplando dados do Valor Bruto de Produção e outros componentes geradores de renda.

Parte 03 – Denominada Informações Complementares destinada ao registro dos dados acerca do imóvel principal de constituição do estabelecimento da UFPR. Esses dados são importantes para formalização de garantias às possíveis operações de crédito rural ao amparo do Pronaf a serem contratadas pelas UFPR.

Parte 04 – Responsabilidade Civil, apesar dos dados das DAP serem voluntários e declaratórios implicam em responsabilização civil do declarante. Ao agente emissor cabe, quando necessária e/ou exigível, a responsabilização subsidiária.

Os dados de interesse ao desenvolvimento deste trabalho são os dados das duas primeiras partes. Atualmente, a base de dados da SAF possui mais de onze milhões de registros (contando todas as DAP recebidas pela SAF, ou seja, com os históricos das DAPs das UFPR) e desses, mais de cinco milhões de DAPs Ativas (isto é, sem repetições), ou seja, aquelas que habilitam o acesso das UFPR às políticas públicas dirigidas a essa categoria de produtores rurais. Para o estudo foram consideradas as DAPs Ativas com posição em 30 de junho de 2014, perfazendo o universo de 4.996.569 registros.

Foram utilizadas apenas as DAPs de qualquer família, desde que válida. Entende-se por uma DAP válida aquela aceita e homologada pela SAF e que se encontre dentro de seu prazo de validade.

#### 4.2 EXTRAÇÃO DOS DADOS, ELABORAÇÃO DAS TABELAS E TRATAMENTOS DOS DADOS

A coleta dos dados para este trabalho se deu por meio de uma pesquisa secundária, tendo em vista que foram utilizados dados de projetos

com outros propósitos.

O acesso aos dados e informações do Censo Agropecuários foram realizados através do site <http://www.sidra.ibge.gov.br/> Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, foram geradas tabelas conforme a necessidade de caracterização do público estudado.

A utilização do banco de dados das DAPs, foi feito por meio de solicitação à Coordenação de Monitoria e Avaliação da SAF/MDA, a qual permitiu o acesso a informações gerais das DAPs, não sendo possível, portanto, a identificação dos indivíduos.

A elaboração das tabelas foi executada através de duas ferramentas, uma delas foi o banco de dados do IBGE pelo SIDRA, onde é permitida a elaboração de tabelas com os dados disponíveis e inúmeras possíveis escolhas de chaves e abrangência. Já os dados das DAPs foram colhidos em um banco geral com informações das DAPs ativas em novembro de 2014, e os dados foram tratados conforme a necessidade e disponibilidade as informações presentes.

Houve a preocupação de utilizar os mesmos itens possíveis de serem comparados entre as informações disponíveis pelo Censo Agropecuário de 2006 e as DAPs.

Os dados foram analisados de maneira quantitativa, tendo em vista que o objetivo geral proposto foi a caracterização comparativa de agricultores de microrregiões próximas.



## **5 AGRICULTURA FAMILIAR SEGUNDO O CENSO AGROPECUÁRIO DO IBGE E O BANCO DE DADOS DAS DECLARAÇÕES DE APTIDÃO AO PRONAF**

### **5.1 CENSO AGROPECUÁRIO DO IBGE**

O Censo Agropecuário 2006 teve como objetivo investigar os estabelecimentos agropecuários e as atividades neles desenvolvidas, relacionadas à agricultura, pecuária e agroindústria. Sendo pela primeira vez, tabulada especificamente a agricultura familiar proporcionando, assim, uma possível base de dados oficial, que, até então, eram contemplados apenas por trabalhos dispersos com base em dados históricos.

Segundo a nota técnica do Censo Agropecuário 2006 – Agricultura Familiar, estes dados têm como objetivo preencher uma importante lacuna de informações oficiais, sendo possível obter uma melhor compreensão da agricultura familiar brasileira, quantos são esses agricultores, onde estão, como e o que produzem.

Foram elencados como critérios para estabelecer empreendimento como familiar, não apenas os critérios determinados pela Lei 11.326 de 24/06/2006, são eles:

A delimitação do público da agricultura familiar seguiu os seguintes procedimentos metodológicos:

- O estabelecimento agropecuário não foi considerado de agricultura familiar se a área total do estabelecimento fosse maior que 4 módulos fiscais;
- Se o estabelecimento pertencia a produtores comunitários, mas estes detinham frações por produtores maiores que 4 módulos fiscais, então o estabelecimento agropecuário não foi considerado de agricultura familiar;
- Se a unidade de trabalho familiar (UTF) foi menor que a unidade de trabalho contratado (UTC), então o estabelecimento agropecuário não foi considerado de agricultura familiar;
- Se em 2006 o rendimento total do empreendimento foi menor que o quantitativo dos salários obtidos em atividades fora do estabelecimento, então o estabelecimento agropecuário não foi considerado de agricultura familiar;
- Se quem dirigia o estabelecimento em 2006 era um administrador, uma sociedade anônima (ou por cotas de responsabilidade limitada), uma instituição de utilidade pública, governo (federal, estadual ou municipal), então o estabelecimento agropecuário não foi considerado de agricultura familiar;

- Se a direção do estabelecimento em 2006 era feita por um produtor através de um capataz, ou pessoa com laços de parentesco, e contasse com empregados (permanentes, temporários ou empregados parceiros) de 14 anos e mais de idade, então o estabelecimento agropecuário não foi considerado de agricultura familiar;
- Também não foram considerados de agricultura familiar se a condição legal do produtor fosse registrada como cooperativa, sociedade anônima (ou por cotas de responsabilidade limitada), instituição de utilidade pública ou governo (federal, estadual ou municipal);
- Se a classe da atividade econômica desenvolvida no estabelecimento agropecuário foi a aquicultura e a área dos tanques, lagos e açudes do estabelecimento era maior que 2 hectares<sup>5</sup>, então o estabelecimento agropecuário não foi considerado de agricultura familiar;
- O estabelecimento não foi considerado de agricultura familiar, caso tenha havido venda de produtos da extração vegetal em 2006, e esta venda tenha sido maior que a metade do total da receita da atividade agropecuária, e se: - no estabelecimento havia colheitadeiras, ou houve contratação de mão de obra para colheita ou através de empreiteiro (pessoa física), e o total de dias de empreitada foi maior que 30 dias ou - houve empregado temporário contratado para colheita e o número de diárias pagas foi maior que 30 dias. (Nota Técnica AF Censo 2006, p.4)

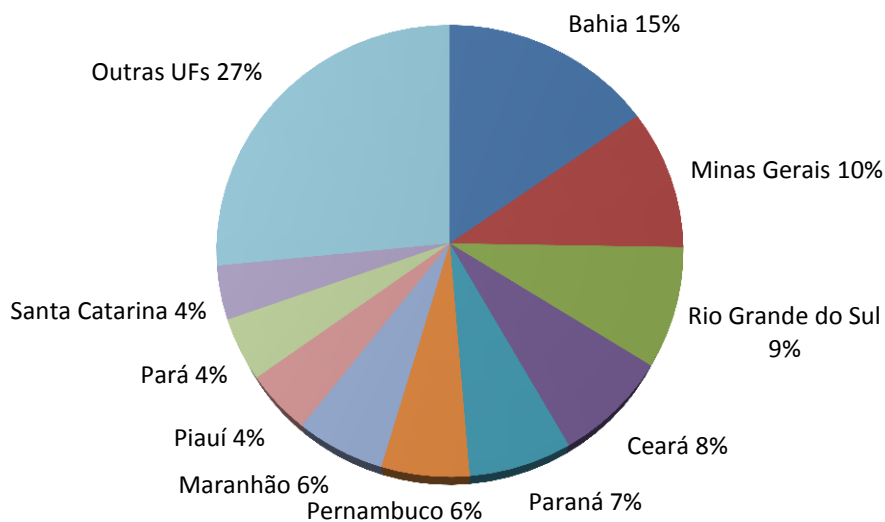
### **5.1.1 Agricultura Familiar Segundo O Censo**

#### **5.1.1.1 Quantidade De Estabelecimento E Área Ocupada Dos Agricultores Familiares Segundo O Censo De 2006**

Pelo Censo Agropecuário de 2006, O Brasil tem um total de 5.175.489 estabelecimentos, dentre os quais 4.367.902 (84,38%) são familiares e 807.587 (15,62%) não estão nesta categoria, conforme Tabela 1.

As Unidades da Federação - UF com maiores quantidades de empreendimentos de Agricultores Familiares estão representadas no gráfico abaixo.

GRÁFICO 1 – 10 MAIORES QUANTIDADES DE EMPREENDIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS UF's

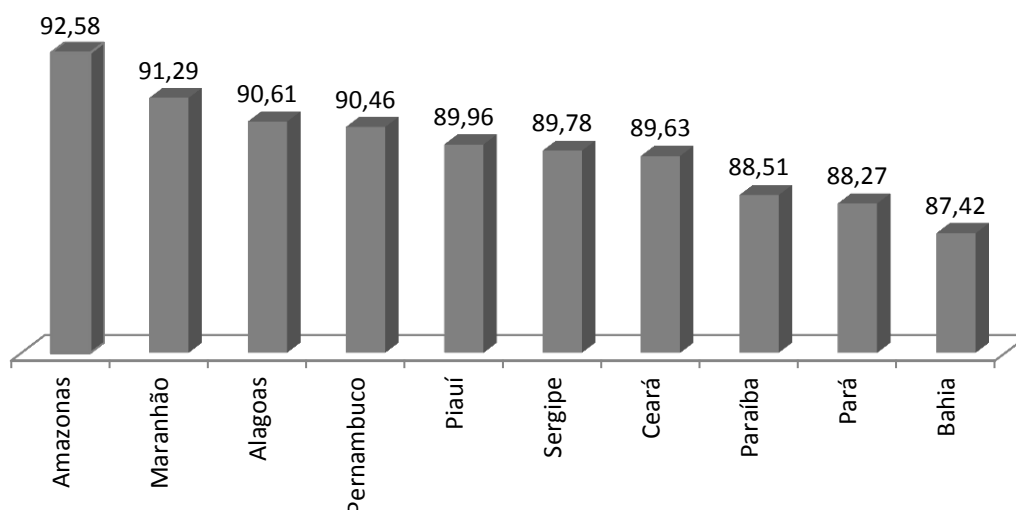


Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006

Percebe-se que as 10 UF's representam 74,41% dos empreendimentos da Agricultura Familiar.

Comparando os quantitativos de empreendimentos familiares com os não familiares dentro das UF's, tem-se os seguintes percentuais em relação ao número absoluto, as dez maiores proporções da agricultura familiar, conforme gráfico 2

GRÁFICO 2 – UFs COM MAIORES PROPORÇÕES DE EMPREENDIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006

No Brasil a agricultura familiar tem maior porcentual em relação ao número absoluto, exceto o Distrito Federal, neste a representatividade da agricultura familiar é de 46,12%.

TABELA 1 - ESTABELECIMENTOS E ÁREA DA AGRICULTURA FAMILIAR E AGRICULTURA NÃO FAMILIAR SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO E REGIÃO ECONÔMICA DO PAÍS

Continua

Unidade Geográfica	Agricultura familiar - Lei nº 11.326		Não familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Acre	25 114	1 508 357	4 369	2 020 186
Amapá	2 865	131 205	662	742 584
Amazonas	61 830	1 475 558	4 954	2 193 195
Pará	195 985	6 877 384	26 044	16 047 946
Rondônia	75 165	3 292 577	11 913	5 141 291
Roraima	8 898	637 898	1 412	1 079 634
Tocantins	42 809	2 688 297	13 758	11 699 652
Norte	412 666	16 611 277	63 112	38 924 487
Alagoas	111 750	682 405	11 582	1 430 169
Bahia	665 767	9 946 156	95 791	19 635 604
Ceará	341 509	3 492 419	39 508	4 455 648
Maranhão	262 042	4 514 639	24 997	8 518 929

TABELA 1 - ESTABELECIMENTOS E ÁREA DA AGRICULTURA FAMILIAR E AGRICULTURA NÃO FAMILIAR SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO E REGIÃO ECONÔMICA DO PAÍS

Conclusão

Unidade Geográfica	Agricultura familiar - Lei nº 11.326		Não familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Paraíba	148 069	1 596 656	19 217	2 190 749
Pernambuco	275 720	2 566 324	29 070	2 867 752
Piauí	220 735	3 759 492	24 643	5 747 106
Rio Grande do Norte	71 210	1 046 070	11 843	2 141 858
Sergipe	90 329	710 891	10 278	771 546
Nordeste	2 187 131	28 315 052	266 929	47 759 359
Espírito Santo	67 414	966 613	16 947	1 873 241
Minas Gerais	437 320	8 835 622	114 301	24 247 887
Rio de Janeiro	44 121	468 797	14 372	1 590 665
São Paulo	150 900	2 500 267	76 722	14 454 682
Sudeste	699 755	12 771 299	222 342	42 166 474
Paraná	302 828	4 252 659	68 235	11 139 123
Rio Grande do Sul	378 353	6 158 610	63 119	14 168 104
Santa Catarina	168 512	2 643 241	25 156	3 419 265
Sul	849 693	13 054 511	156 510	28 726 492
Distrito Federal	1 824	10 867	2 131	240 453
Goiás	88 326	3 317 908	47 366	22 818 173
Mato Grosso	85 815	4 837 564	27 172	43 851 146
Mato Grosso do Sul	41 057	1 184 217	23 807	29 090 759
Centro-Oeste	217 022	9 350 556	100 476	96 000 530
Brasil	4 366 267	80 102 694	809 369	253 577 343

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

No que tange à área ocupada pelos empreendimentos, mesmo sendo 84,38% dos empreendimentos a agricultura familiar só ocupa 24,41% da área total ocupada no Brasil. A média de área dos estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil fica em torno de 18,35ha, sendo que a UF que tem a maior média é Roraima com 71,69ha e o Distrito Federal detém a menor média com 5,96ha.

## 5.1.1.2 Condição Do Uso Da Terra dos Agricultores Familiares segundo o Censo de 2006

Na Tabela a seguir encontram-se as informações sobre a forma de condição de uso e posse da terra pelos agricultores familiares.

TABELA 2 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, POR CONDIÇÃO DO PRODUTOR EM RELAÇÃO ÀS TERRAS SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO E REGIÃO ECONÔMICA DO PAÍS

Continua

Unidade Geográfica	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)						Área dos estabelecimentos (Hectares)					
	Proprietário	Assentado sem titulação definitiva	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Produtor sem área	Proprietário	Assentado sem titulação definitiva	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Produtor sem área
Acre	16 718	3 052	52	279	3 186	1 827	1 137 369	164 058	2 975	5 247	198 708	-
Amapá	1 771	393	16	24	310	351	92 957	25 968	573	289	11 417	-
Amazonas	36 959	3 438	915	2 100	8 207	10 211	1 188 459	95 850	44 976	12 729	133 545	-
Pará	150 773	10 690	2 281	3 324	13 365	15 552	6 001 288	508 428	106 605	27 180	233 883	-
Rondônia	67 703	2 045	668	1 475	2 421	853	3 130 874	71 499	24 399	17 853	47 953	-
Roraima	7 657	537	12	94	158	440	589 875	33 055	667	10 023	4 278	-
Tocantins	36 671	3 897	176	122	1 042	901	2 471 354	133 442	13 335	9 174	60 993	-
Norte	318 252	24 052	4 120	7 418	28 689	30 135	14 612 176	1 032 300	193 528	82 495	690 778	-
Alagoas	79 966	3 869	5 028	2 441	15 276	5 170	603 175	21 517	17 431	4 488	35 794	-
Bahia	581 695	14 096	5 001	7 588	39 238	18 149	9 262 053	352 565	42 494	44 718	244 327	-
Ceará	163 808	11 747	40 331	36 485	51 782	37 356	2 796 783	189 804	144 155	96 934	264 743	-
Maranhão	106 139	15 481	31 273	9 659	42 125	57 365	3 664 462	310 008	188 060	69 774	282 335	-
Paraíba	100 080	6 520	5 424	5 291	24 034	6 720	1 348 065	67 756	34 722	26 056	120 058	-
Pernambuco	202 908	7 861	6 838	4 804	34 632	18 677	2 304 138	72 862	34 718	15 485	139 121	-
Piauí	117 478	8 677	16 332	13 099	42 129	23 020	3 242 486	126 053	50 573	45 007	295 372	-
Rio Grande	47 374	6 954	1 746	3 840	7 165	4 131	863 338	99 532	13 220	15 453	54 528	-

TABELA 2 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, POR CONDIÇÃO DO PRODUTOR EM RELAÇÃO ÀS TERRAS SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO E REGIÃO ECONÔMICA DO PAÍS

Continuação

Unidade Geográfica	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)						Área dos estabelecimentos (Hectares)					
	Proprietário	Assentado sem titulação definitiva	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Produtor sem área	Proprietário	Assentado sem titulação definitiva	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Produtor sem área
do Norte												
Sergipe	78 780	2 592	940	414	5 501	2 102	662 854	25 419	4 310	1 423	16 884	-
Nordeste	1 478 228	77 797	112 913	83 621	261 882	172 690	24 747 353	1 265 516	529 682	319 338	1 453 162	-
Espírito Santo	60 326	1 840	731	2 277	1 664	576	923 148	12 725	6 268	12 650	11 823	-
Minas Gerais	372 958	6 823	11 014	11 131	21 760	13 634	8 132 751	191 385	235 985	62 737	212 764	-
Rio de Janeiro	33 722	1 001	2 267	2 786	2 520	1 825	406 933	8 063	31 560	9 465	12 777	-
São Paulo	124 496	6 226	11 076	1 923	5 176	2 003	2 158 906	93 347	189 302	20 999	37 712	-
Sudeste	591 502	15 890	25 088	18 117	31 120	18 038	11 621 738	305 520	463 115	105 850	275 077	-
Paraná	240 353	11 444	21 159	6 611	15 253	8 008	3 626 397	152 811	285 771	72 032	115 649	-
Rio Grande do Sul	317 808	6 557	21 451	8 406	17 876	6 255	5 444 314	127 649	334 951	88 591	163 105	-
Santa Catarina	148 243	2 449	6 135	1 884	5 982	3 819	2 471 392	31 893	62 521	18 314	59 122	-
Sul	706 404	20 450	48 745	16 901	39 111	18 082	11 542 103	312 353	683 243	178 937	337 876	-
Distrito Federal	1 015	137	224	27	420	1	5 658	1 204	1 648	160	2 198	
Goiás	73 995	6 536	2 616	303	2 949	1 927	2 926 394	197 886	103 196	8 884	81 548	-
Mato Grosso	65 011	15 020	868	253	3 704	959	3 813 784	772 777	54 702	7 629	188 672	-
Mato	27 961	10 429	1 495	156	776	240	921 767	185 392	60 721	5 361	10 975	-

TABELA 2 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, POR CONDIÇÃO DO PRODUTOR EM RELAÇÃO ÀS TERRAS SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO E REGIÃO ECONÔMICA DO PAÍS

Conclusão

Unidade Geográfica	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)						Área dos estabelecimentos (Hectares)					
	Proprietário	Assentado sem titulação definitiva	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Produtor sem área	Proprietário	Assentado sem titulação definitiva	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Produtor sem área
Grosso do Sul												
Centro-Oeste	167 982	32 122	5 203	739	7 849	3 127	7 667 604	1 157 259	220 268	22 033	283 393	-
Brasil	3 262 368	170 311	196 069	126 796	368 651	242 072	70 190 973	4 072 947	2 089 836	708 653	3 040 285	-

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.



Na Tabela 2 está apresentado a condição do produtor em relação ao uso da terra, 74,72% dos agricultores familiares são proprietários, 8,44% são ocupantes, 5,54% são produtores sem terra, 4,49% são arrendatários, 3,90% assentados sem titulação definitiva e 2,90%, parceiros. No âmbito das UFs a que possui maior porcentagem de proprietários é Rondônia 90,07% e o com o menor número é Maranhão 40,50%.

Tratando-se da área ocupada pela condição do produtor em relação ao uso da terra, todas as UFs no mínimo 70% da área é de propriedade do produtor, a não ser no Distrito Federal em que 52,07% acessam a terra como proprietários, 20,23% são ocupantes, 15,17% arrendatários, 11,08% assentados sem titulação e 1,47% são parceiros.

#### 5.1.1.3 Agricultura Familiar Brasil - Principais Culturas, Quantidade de Estabelecimento, Produção, Área e Valor da Produção dos Agricultores Familiares segundo o Censo de 2006

A quantidade de estabelecimento, a quantidade produzida, a área colhida e o valor da produção das principais variáveis produzidas pelos agricultores familiares e não familiares, estão listadas na tabela 3.

TABELA 3 – QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTO, PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E VALOR DA PRODUÇÃO, SEGUNDO AS VARIÁVEIS SELECIONADAS DOS EMPREENDIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR NO BRASIL.

Continua

Variáveis selecionadas	Agricultura familiar - Lei nº 11.326	Não familiar
<b>Produção vegetal</b>		
Arroz em casca		
Estabelecimentos	354 742	41 886
Quantidade produzida (kg)	3 203 540 092	6 484 297 927
Área colhida (ha)	1 168 250	1 249 266
Valor da produção (R\$)	1 416 076 996	2 711 970 341
<b>Feijão-preto</b>		
Estabelecimentos	240 813	26 487
Quantidade produzida (kg)	512 000 125	159 833 030
Área colhida (ha)	527 309	121 628
Valor da produção (R\$)	362 509 950	115 557 926
<b>Feijão de cor</b>		
Estabelecimentos	386 821	47 719
Quantidade produzida (kg)	684 503 518	595 053 225

TABELA 3 – QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTO, PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E VALOR DA PRODUÇÃO, SEGUNDO AS VARIÁVEIS SELECIONADAS DOS EMPREENDIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR NO BRASIL.

Continuação

<b>Variáveis selecionadas</b>	<b>Agricultura familiar - Lei nº 11.326</b>	<b>Não familiar</b>
Área colhida (ha)	970 709	403 850
Valor da produção (R\$)	545 317 286	507 279 591
Feijão-fradinho, caupi, de corda ou macáçar, em grão		
Estabelecimentos	733 120	78 472
Quantidade produzida (kg)	952 829 386	183 862 430
Área colhida (ha)	1 901 647	288 048
Valor da produção (R\$)	792 566 452	158 189 569
Mandioca		
Estabelecimentos	753 611	78 578
Quantidade produzida (kg)	9 906 902 545	2 005 726 014
Área colhida (ha)	1 474 143	234 258
Valor da produção (R\$)	3 298 717 337	510 543 788
Milho em grão		
Estabelecimentos	1 795 331	234 791
Quantidade produzida (kg)	18 872 504 095	22 555 105 742
Área colhida (ha)	6 334 735	5 269 266
Valor da produção (R\$)	5 231 838 333	6 152 541 310
Soja		
Estabelecimentos	164 015	53 000
Quantidade produzida (kg)	6 464 739 230	39 731 103 541
Área colhida (ha)	2 731 883	15 151 389
Valor da produção (R\$)	2 915 979 751	16 589 982 706
Trigo		
Estabelecimentos	23 539	10 488
Quantidade produzida (kg)	473 257 507	1 759 997 110
Área colhida (ha)	323 230	975 189
Valor da produção (R\$)	185 379 788	708 863 523
Café arábica em grão (verde)		
Estabelecimentos	190 571	47 929
Quantidade produzida (kg)	659 527 368	1 290 168 152
Área colhida (ha)	513 394	777 719
Valor da produção (R\$)	2 299 168 225	5 377 190 790
Café canephora (robusta, conilon) em grão (verde)		
Estabelecimentos	85 084	15 761
Quantidade produzida (kg)	259 883 593	211 898 954
Área colhida (ha)	254 464	142 171
Valor da produção (R\$)	627 998 481	586 222 483
Pecuária		
Bovinos		
Estabelecimentos	2 150 467	527 925
Número de cabeças em 31.12	52 374 292	123 773 209
Leite de vaca		
Estabelecimentos	1 090 234	261 503
Quantidade produzida (litros)	11 849 353 332	8 718 516 061
Valor da produção (R\$)	5 023 139 134	3 954 061 864
Leite de cabra		

TABELA 3 – QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTO, PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E VALOR DA PRODUÇÃO, SEGUNDO AS VARIÁVEIS SELECIONADAS DOS EMPREENDIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR NO BRASIL.

Conclusão

<b>Variáveis selecionadas</b>	<b>Agricultura familiar - Lei nº 11.326</b>	<b>Não familiar</b>
Estabelecimentos	15 348	2 715
Quantidade produzida (litros)	23 979 504	11 760 684
Valor da produção (R\$)	29 339 795	15 684 175
<b>Aves</b>		
Estabelecimentos	2 331 079	382 324
Número de cabeças em 31.12	584 943 083	558 512 731
Ovos de galinha (dz)	450 979 266	2 330 640 075
Valor da produção dos ovos (R\$)	711 054 063	3 401 493 322
<b>Suínos</b>		
Estabelecimentos	1 275 865	220 246
Número de cabeças em 31.12	18 411 976	12 777 375
Valor da produção (R\$)	1 540 587 828	1 482 174 863

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Tratando-se da produção dos principais produtos que fazem parte da alimentação, a agricultora familiar se destaca, produzindo 83% da mandioca, 71% do feijão (83,82% do feijão fradinho, caupi, de corda ou macáçar, em grão; 76,21% do feijão preto e 53% do feijão de cor), 62,35% de leite (67,09% de leite de cabra e 57,61% de leite de vaca); 59% de suínos e 51% de aves.

## 5.1.1.4 Receitas obtidas pelos Agricultores Familiares e Produto Interno Bruto do setor primário o Censo de 2006

TABELA 4 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS QUE OBTIVERAM RECEITAS E VALOR DAS RECEITAS OBTIDAS NO ANO POR TIPO DE RECEITA AGRICULTURA FAMILIAR SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO E REGIÃO ECONÔMICA DO PAÍS

Continua

Unidade Geográfica	Total		Produtos vege- tais		Animais e seus produtos		Animais cria- dos em cativi- dos (jacaré, escargô, capi- vara e outros)		Húmus		Esterco		Atividades de turismo rural no estabeleci- mento		Exploração mineral		Produtos da agroindústria		serviço de be- nefício e/ou transfor- mação para		Prestação de serviço para empresas inte- gradoras		Outras ativi- dades não- agrícolas reali- zadas no esta- belecimento	
	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)
Acre	18 788	154 372	10 137	83 659	13 387	55 130	161 130	410 130	11 3	3 42	14 14	5 3	3 8	8 8	4 451	12 657	868 73	132 199	1 199	199 487				
Amapá	2 139	31 672	1 648	25 733	453 292	2 292	2 X	X 1	1 X	5 3	3 3	- -	- -	7 32	516 455	3 455	83 22	70 -	- -	- -				
Amazonas	47 515	422 191	37 542	278 791	13 488	63 030	126 919	3 919	16 22	156 226	226 34	80 80	87 87	590 590	12 405	71 224	2 262	96 718	807 807	1 329				
Pará	154 426	2 332	104 258	1 577	63 652	355 516	622 848	1 848	21 774	295 968	968 28	104 104	389 389	1 408	38 091	372 636	7 468	570 265	10 501	2 501	3 958			
Rondônia	57 194	742 827	33 208	245 196	44 249	405 894	99 103	67 103	6 13	34 51	51 23	159 159	58 58	1 408	1 702	7 622	2 174	425 358	12 286	286 848				
Roraima	3 548	27 162	1 974	18 442	2 170	7 956	6 21	21 956	1 X	23 17	17 -	- -	1 X	X 119	630 630	30 30	11 26	24 24	24 36	36 36				
Tocantins	24 858	212 741	5 396	57 266	22 341	144 384	120 390	390 120	13 40	32 21	21 238	428 428	54 891	891 514	1 514	5 718	506 129	129 399	2 228	228 698				
Norte	308 468 168	3 923 168	194 163 343	2 286 343	159 740 201	1 034 201	1 136	73 696	69 853	587 300	1 300	328 775	604 342	4 342	58 798	473 941	13 391	1 326	26 969	4 045	7 357			

TABELA 4 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS QUE OBTIVERAM RECEITAS E VALOR DAS RECEITAS OBTIDAS NO ANO POR TIPO DE RECEITA AGRICULTURA FAMILIAR SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO E REGIÃO ECONÔMICA DO PAÍS

Continuação

Unidade Geográfica	Total		Produtos vege- tais		Animais e seus produtos		Animais cria- dos em cativei- ros (jacaré, escargô, capi- vara e outros)		Húmus		Esterco		Atividades de turismo rural no estabeleci- mento		Exploração mineral		Produtos da agroindústria		serviço de be- nefício e/ou transfor- mação para		Prestação de serviço para empresas inte- gradoras		Outras ativida- des não- agrícolas reali- zadas no esta- belecimento	
	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)
Alagoas	74 447	694 048	58 191	519 701	28 404	117 019	490 585	1	17	16	269	195	175	448	38	56	8 304	47 374	913	165	5 836	357		906
Bahia	430 914	897 783	286 204	125 270	220 343	549 385	1 573	3 504	68	27	6 352	1 629	156	409	703	1 731	49 548	173 863	7 380	1 293	30 058	3 218		4 527
Ceará	231 666	470 403	164 538	174 589	126 546	249 629	664 913	1	43	67	1 675	431	56	212	233	332	14 223	34 480	3 495	688	1 745	5 101		4 511
Maranhão	178 717	934 277	125 291	585 488	69 558	197 237	1 489	296	115	106	134	108	23	59	309	493	36 361	140 821	2 621	409	4 104	1 769		1 944
Paraíba	97 934	624 459	60 697	441 116	61 686	156 192	346 650	1	15	5	541	183	33	210	177	552	4 348	17 999	1 819	445	4 152	791		1 581
Pernambuco	187 469	904 783	127 764	533 980	103 695	295 473	703 478	1	104	152	4 532	1 993	60	197	148	275	9 121	43 634	6 948	738	17 109	1 972		3 545
Piauí	141 935	327 432	81 694	185 682	92 931	116 708	752 790	1	23	17	632	169	36	89	253	420	13 430	17 538	2 143	556	1 350	1 589		2 526
Rio Grande do Norte	48 785	305 457	31 186	152 318	28 954	133 977	181 335	1	45	103	834	205	4	24	196	1 121	1 526	13 268	758	176	1 517	330		832
Sergipe	60	600	43	453	27	107	95	465	26	86	393	255	11	51	29	189	4	31	993	159	5	503		746

TABELA 4 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS QUE OBTIVERAM RECEITAS E VALOR DAS RECEITAS OBTIDAS NO ANO POR TIPO DE RECEITA AGRICULTURA FAMILIAR SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO E REGIÃO ECONÔMICA DO PAÍS

Continuação

Unidade Geográfica		Total		Produtos vege- tais		Animais e seus produtos		Animais cria- dos em cativi- ros (jacaré, escargô, capi- vara e outros)		Húmus		Esterco		Atividades de turismo rural no estabeleci- mento		Exploração mineral		Produtos da agroindústria		serviço de be- nefício e/ou transfor- mação para		Prestação de serviço para empresas inte- gradoras		Outras ativida- des não- agrícolas reali- zadas no esta- belecimento	
		Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)
		656	450	510	093	423	064											140	615			892			
Nordeste		1 452 523	9 759 091	7 979 075	171 237	759 540	1 922 684	5 293	12 015	456	578	15 362	5 168	554	1 699	2 086	5 168	141 001	520 592	27 070	4 629	71 764	15 630		21 118
Espírito Santo		54 941	1 024 150	50 031	857 868	16 100	139 012	161	1 691	1	X	160	455	49	857	83	1 779	1 286	10 045	7 000	191	4 058	287		1 385
Minas Gerais		287 071	4 341 153	136 228	2 530 527	193 991	1 504 107	670	2 947	51	78	2 022	3 263	242	1 476	412	5 045	26 502	204 835	16 509	1 611	67 472	1 752		4 893
Rio de Janeiro		32 341	602 633	21 304	479 239	14 678	111 465	67	548	10	62	202	665	30	459	9	142	698	6 123	983	138	2 166	123		782
São Paulo		98 063	3 635 103	55 767	2 775 534	54 951	702 717	473	5 825	64	4 287	893	4 521	199	2 685	46	1 004	1 850	50 624	6 033	1 368	78 149	397		3 725
Sudeste		472 416	9 603 038	263 330	6 643 168	279 720	2 457 301	1 371	11 010	126	4 427	3 277	8 904	520	5 477	550	7 970	30 336	271 627	30 524	3 308	151 845	2 559		10 785
Paraná		235 447	5 580 099	171 986	3 720 946	129 576	1 129 008	571	5 716	47	154	2 093	8 461	163	1 070	172	1 582	7 119	31 582	12 684	7 974	662 042	1 642		6 854

TABELA 4 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS QUE OBTIVERAM RECEITAS E VALOR DAS RECEITAS OBTIDAS NO ANO POR TIPO DE RECEITA AGRICULTURA FAMILIAR SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO E REGIÃO ECONÔMICA DO PAÍS

Continuação

Unidade Geográfica		Total		Produtos vege- tais		Animais e seus produtos		Animais cria- dos em cativei- ros (jacaré, escargô, capi- vara e outros)		Húmus		Esterco		Atividades de turismo rural no estabeleci- mento		Exploração mineral		Produtos da agroindústria		serviço de be- nefício e/ou transfor- mação para		Prestação de serviço para empresas inte- gradoras		Outras ativida- des não- agrícolas reali- zadas no esta- belecimento	
		Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)
Rio Grande do Sul		314 243	6 929 239	231 892	4 369 730	203 435	1 479 873	633 447	3 447	66	256	1 754	4 592	273	1 741	646	5 375	30 254	95 677	18 432	9 873	939 174	2 945	10 942	
Santa Catarina		135 854	4 589 575	98 704	2 588 324	88 813	990 273	477 852	3 852	33	70	1 603	3 869	150	1 066	95	904	6 338	37 946	15 169	10 180	942 386	1 078	5 715	
Sul		685 544	17 098 913	502 582	10 679 000	421 824	3 599 154	1 681 015	13 015	146	480	5 450	16 922	586	3 877	913	7 861	43 711	165 204	28 285	2 543 602	5 665	23 512		
Distrito Federal		1 600	43 169	1 233	29 779	751 048	8 048	3 1	1 1	5	31	28 137	10 137	146	1 146	-	-	102 536	23 23	10 10	4 273	41 41	196 196		
Goiás		59 747	945 137	10 169	281 941	54 920	598 509	179 140	1 140	14	30	156 809	125 113	93	1 113	887	1 065	3 154	23 295	6 312	27 889	409 409	2 370		
Mato Grosso		51 603	851 950	12 166	330 737	45 335	473 079	100 178	1 178	59	311	129 407	34 243	154	1 877	154	877	1 777	13 463	5 489	24 508	258 575	1 591		
Mato Grosso do Sul		26 425	479 403	8 292	195 495	21 342	216 366	40 237	9 237	4	8	134 599	24 185	12	547	12	547	741	6 577	1 545	689 689	48 097	197 197	747 747	
Centro-Oeste		139 375	2 319	31 860	837 952	122 348	1 296	322 557	11 557	82	379	447 952	1 952	193	1 687	259	3 311	5 685	43 731	13 353	1 519	104 833	905 905	4 903	

TABELA 4 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS QUE OBTIVERAM RECEITAS E VALOR DAS RECEITAS OBTIDAS NO ANO POR TIPO DE RECEITA AGRICULTURA FAMILIAR SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO E REGIÃO ECONÔMICA DO PAÍS

Conclusão

Unidade Geográfica	Total		Produtos vegetais		Animais e seus produtos		Animais criados em cativeiros (jacaré, escargô, capivara e outros)		Húmus		Esterco		Atividades de turismo rural no estabelecimento		Exploração mineral		Produtos da agroindústria		Serviço de beneficiamento e/ou transformação para		Prestação de serviço para empresas integradoras		Outras atividades das não-agrícolas realizadas no estabelecimento	
	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)	Quant	R\$ (mil)
	659				002																			
Brasil	3 058 326	42 703 869	1 971 010	27 617 699	1 743 172	10 309 342	9 803	121 293	879	6 717	25 123	34 246	2 181	13 514	4 412	28 651	279 531	1 475 094	130 624	38 809	2 899 014	28 804	67 675	

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006



Na Tabela 5, que faz-se um comparativo da participação dos Agricultores Familiares e Não Familiares no Produto Interno Bruto do Sistema Primário por subsetor que constituem o PIB do Setor Primário.

**TABELA 5 - VALORES ABSOLUTOS DO PRODUTO INTERNO BRUTO, EXPRESSOS EM MIL REAIS DE 2006, DISCRIMINADO EM AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR E POR SUBSETORES, SEGUNDO AS REGIÕES ECONÔMICAS DO PAÍS**

REGIÃO	Origem	PIB DO SETOR PRIMÁRIO – Valores em R\$ Mil				
		Pecuária	Lavouras	Agroindústria	Ajustes	Total
NN	Agricultura Familiar	1 388 912	3 615 262	72 669	595	5 077 438
	Agricultura Não Familiar					
NN	Familiar	2 529 848	1 529 119	5 036	71	4 064 074
NN	TOTAL	3 918 760	5 144 381	77 705	666	9 141 512
			10 585			
NE	Agricultura Familiar	2 680 217	195	134 177	2 247	13 401 836
	Agricultura Não Familiar					
NE	Familiar	4 346 170	11 443 487	25 821	367	15 815 845
			22 028			
NE	TOTAL	7 026 387	682	159 998	2 614	29 217 681
SE	Agricultura Familiar	3 053 759	8 659 573	54 994	5 646	11 773 972
	Agricultura Não Familiar	10 192	30 879			
SE	Familiar	475	454	29 641	752	41 102 322
		13 246	39 539			
SE	TOTAL	234	027	84 635	6 398	52 876 294
			14 124			
SS	Agricultura Familiar	6 955 151	254	21 361	2 060	21 102 826
	Agricultura Não Familiar		16 173			
SS	Familiar	6 639 405	825	6 564	1 918	22 821 712
		13 594	30 298			
SS	TOTAL	556	079	27 925	3 978	43 924 538
CO	Agricultura Familiar	1 613 270	1 513 518	6 445	1 002	3 134 235
	Agricultura Não Familiar		16 170			
CO	Familiar	9 506 559	202	7 072	2 058	25 685 891
		11 119	17 683			
CO	TOTAL	829	720	13 517	3 060	28 820 126
		15 691	38 497			
BR	Agricultura Familiar	309	802	289 646	11 550	54 490 307
	Agricultura Não Familiar	33 214	76 196			109 489
BR	Familiar	457	087	74 134	5 166	844
		48 905	114 693			163 980
BR	TOTAL	766	889	363 780	16 716	151

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE 2006

Através desta síntese se constata que os agricultores familiares no Brasil representam um universo de aproximadamente 4,4 milhões de famílias

que são 84,4% do total de agricultores, tem um VBP médio de R\$ 24,56 mil por família e totalizam um Produto Interno Bruto de R\$ 57,4 bilhões que representa 33,2% do PIB do setor primário, sendo 33,1% da pecuária, 33,5% das lavouras e 79,6% das agroindústrias.

#### 5.1.1.5 Organização social dos Agricultores Familiares segundo o Censo de 2006

Na Tabela 6 pode-se verificar as formas organizativas dos agricultores familiar no critério social.

TABELA 6 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR SEGUNDO A SUA ORGANIZAÇÃO SOCIAL SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO E REGIÃO ECONÔMICA DO PAÍS

Unidade Geográfica	Associação	Cooperativa	Entidade de classe (sindicatos, associações/movimentos de produtores e moradores, etc )	Cooperativa e entidade de classe (sindicatos, associações/movimentos de produtores e moradores, etc )		Não é associado
Acre	1 958	204	1 683	71	2 411	
Amapá	233	71	159	3	429	
Amazonas	1 149	225	876	48	3 805	
Pará	9 863	996	8 570	297	16 181	
Rondônia	4 606	536	3 883	187	7 307	
Roraima	172	39	129	4	1 240	
Tocantins	2 749	435	2 233	81	11 009	
Norte	20 730	2 506	17 533	691	42 382	
Alagoas	2 989	682	2 157	150	8 593	
Bahia	29 423	3 173	25 343	907	66 368	
Ceará	15 010	981	13 672	357	24 498	
Maranhão	8 888	448	8 309	131	16 109	
Paraíba	8 103	746	7 089	268	11 114	
Pernambuco	8 747	970	7 518	259	20 323	
Piauí	9 786	498	9 091	197	14 857	
Rio Grande do Norte	5 074	653	4 087	334	6 769	
Sergipe	2 849	235	2 582	32	7 429	
Nordeste	90 869	8 386	79 848	2 635	176 060	
Espírito Santo	8 713	2 370	4 884	1 459	8 234	
Minas Gerais	55 752	25 631	22 539	7 582	58 549	
Rio de Janeiro	5 411	3 691	1 357	363	8 961	
São Paulo	32 245	18 635	9 404	4 206	44 477	
Sudeste	102 121	50 327	38 184	13 610	120 221	

Continua

TABELA 6 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR SEGUNDO A SUA ORGANIZAÇÃO SOCIAL SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO E REGIÃO ECONÔMICA DO PAÍS

Conclusão

Unidade Geográfica	Associado	Cooperativa	Entidade de classe (sindicatos, associações/movimentos de produtores e moradores, etc )	Cooperativa e entidade de classe (sindicatos, associações/movimentos de produtores e moradores, etc )	Não é associado
Paraná	33 127	20 277	7 946	4 904	35 108
Rio Grande do Sul	40 836	11 200	16 682	12 954	22 283
Santa Catarina	13 176	3 687	6 349	3 140	11 980
Sul	87 139	35 164	30 977	20 998	69 371
Distrito Federal	829	182	591	56	1 302
Goiás	13 563	5 927	5 642	1 994	33 803
Mato Grosso	8 553	2 283	5 461	809	18 619
Mato Grosso do Sul	9 707	3 758	4 673	1 276	14 100
Centro-Oeste	32 652	12 150	16 367	4 135	67 824
Brasil	333 511	108 533	182 909	42 069	475 858

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006

### 5.1.1.6 Força de Trabalho dos Agricultores Familiares segundo o Censo de 2006

A Tabela 7 apresenta os dados sobre a quantidade de pessoal ocupado no meio rural. O Censo utiliza a dois grupos nessa caracterização, com idade acima de 14 anos passíveis de serem classificados como trabalhador, tendo em vista o art 7º, inciso XXXIII – da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

**TABELA 7 – QUANTIDADE DE PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR, TOTAL E DE 14 ANOS E MAIS SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO E REGIÃO ECONÔMICA DO PAÍS**

Unidade Geográfica	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em 31/12 (Pessoas)		Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em 31/12 com 14 anos e mais de idade (Pessoas)	
	Não familiar	Agricultura familiar	Não familiar	Agricultura familiar
Acre	16 367	83 212	13 922	67 169
Amapá	2 709	10 386	2 577	9 251
Amazonas	22 868	243 799	20 738	203 136
Pará	126 999	665 212	117 739	584 894
Rondônia	44 474	233 283	40 142	202 972
Roraima	4 591	24 918	4 150	20 706
Tocantins	54 001	122 830	49 288	107 619
Norte	272 009	1 383 640	248 556	1 195 747
Alagoas	125 578	326 165	123 768	305 983
Bahia	444 434	1 882 003	427 439	1 766 769
Ceará	177 014	968 976	169 080	896 218
Maranhão	133 669	857 931	126 747	788 021
Paraíba	79 526	410 791	76 612	387 053
Pernambuco	165 000	779 909	159 266	726 172
Piauí	109 815	722 012	103 076	665 139
Rio Grande do Norte	55 970	191 545	53 813	181 069
Sergipe	42 881	225 919	41 713	215 510
Nordeste	1 333 887	6 365 251	1 281 514	5 931 934
Espírito Santo	115 382	202 186	110 431	191 260
Minas Gerais	719 953	1 176 984	701 898	1 113 237
Rio de Janeiro	65 909	91 787	64 954	89 321
São Paulo	582 870	327 978	576 039	319 372
Sudeste	1 484 114	1 798 935	1 453 322	1 713 190
Paraná	333 197	783 901	322 351	729 601
Rio Grande do Sul	240 165	991 660	231 247	926 300
Santa Catarina	102 736	468 786	98 527	434 230
Sul	676 098	2 244 347	652 125	2 090 131
Distrito Federal	15 843	6 481	15 609	6 274
Goiás	205 271	212 800	195 206	195 618
Mato Grosso	144 048	214 288	138 090	190 718
Mato Grosso do Sul	113 825	97 368	108 786	89 079
Centro-Oeste	478 987	530 937	457 691	481 689
Brasil	4 245 095	12 323 110	4 093 208	11 412 691

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006

Considerando a população do meio rural, 74,38% compõem a agricultura familiar, sendo que apenas 0,22% são menores de 14 anos. As regiões que tem a menor quantidade de pessoas no meio rural são Sudeste e Centro-Oeste, 54,79% e 52,57% respectivamente. Já nas UF's temos dois casos específicos, são eles São Paulo e Mato Grosso do Sul, que mesmo sendo 66,29% e 63,33% de estabelecimentos da agricultura familiar, tem apenas 36,01% e 46,10% da população rural.

#### 5.1.1.7 Escolaridade dos Agricultores Familiares segundo o Censo de 2006

O Censo utiliza a classificação por nível de instrução. Na Tabela 8 se encontram as informações relativas à quantidade por Unidade Geográfica e por nível de instrução.

**TABELA 8 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NÍVEL DE INSTRUÇÃO DA PESSOA QUE DIRIGE O ESTABELECIMENTO SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO E REGIÃO ECONÔMICA DO PAÍS**

Continua

<b>Unidade Geográfica</b>	<b>Alfabetização de adultos</b>	<b>Ensino fundamental incompleto (1º grau)</b>	<b>Ensino fundamental completo (1º grau)</b>	<b>Ensino médio ou 2º grau completo (técnico agrícola)</b>	<b>Ensino médio ou 2º grau completo (outro)</b>	<b>Nível Superior</b>	<b>Nenhum, mas sabe ler e escrever</b>	<b>Não sabe ler e escrever</b>
Acre	385	1 555	364	67	369	123	320	1 186
Amapá	28	305	119	16	76	36	33	49
Amazonas	632	2 107	651	104	432	180	318	530
Pará	1 779	12 777	2 857	704	2 199	900	1 903	2 925
Rondônia	674	5 971	1 392	305	1 122	523	1 034	892
Roraima	179	603	151	43	156	48	110	122
Tocantins	927	5 801	1 616	501	1 437	936	930	1 610
<b>Norte</b>	<b>4 604</b>	<b>29 119</b>	<b>7 150</b>	<b>1 740</b>	<b>5 791</b>	<b>2 746</b>	<b>4 648</b>	<b>7 314</b>
Alagoas	448	3 149	887	249	1 137	1152	992	3 568
Bahia	5 096	32 064	7 328	2 223	9 570	4 625	12 714	22 171
Ceará	1 212	12 360	3 216	595	3 164	1 723	4 066	13 172
Maranhão	1 176	9 075	2 037	511	2 077	935	2 347	6 839
Paraíba	667	5 690	1 390	334	1 559	1 278	1 962	6 337
Pernambuco	1 209	9 685	2 314	594	2 411	1 541	2 692	8 624
Piauí	945	8 052	2 015	335	1 563	1048	2 589	8 096

TABELA 8 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR  
NÍVEL DE INSTRUÇÃO DA PESSOA QUE DIRIGE O ESTABELECIMENTO  
SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO E REGIÃO ECONÔMICA DO PAÍS

Conclusão

Unidade Geográfica	Alfabetização de adultos	Ensino fundamental incompleto (1º grau)	Ensino fundamental completo (1º grau)	Ensino médio ou 2º grau completo (técnico agrícola)	Ensino médio ou 2º grau completo (outro)	Nível Superior	Nenhum, mas sabe ler e escrever	Não sabe ler e escrever
Rio Grande do Norte	449	3 849	984	217	1 289	733	928	3 394
Sergipe	437	3 315	836	225	1 039	660	902	2 864
Nordeste	11 639	87 239	21 007	5 283	23 809	13 695	29 192	75 065
Espírito Santo	666	7 671	2 251	637	2 660	1 830	613	619
Minas Gerais	4 598	46 618	14 405	3 949	15 336	14 603	7 228	7 564
Rio de Janeiro	636	5 717	2 054	393	2 440	1 884	598	650
São Paulo	1 653	26 793	12 525	3 095	12 795	17 063	1 590	1 208
Sudeste	7 553	86 799	31 235	8 074	33 231	35 380	10 029	10 041
Paraná	2 370	29 731	10 438	2 659	10 199	7 680	2 646	2 512
Santa Catarina	486	12 939	4 073	931	3 177	2 686	484	380
Rio Grande do Sul	580	32 599	8 517	2 315	8 120	8 696	1 068	1 224
Sul	3 436	75 269	23 028	5 905	21 496	19 062	4 198	4 116
Distrito Federal	12	593	262	86	429	604	55	90
Goiás	2 880	19 220	6 643	1 810	6 734	5 669	2 200	2 210
Mato Grosso	1 211	11 910	4 284	1 015	4 097	2 574	963	1 118
Mato Grosso do Sul	626	7 955	3 343	1 004	4 415	5 128	734	602
Centro-Oeste	4 729	39 678	14 532	3 915	15 675	13 975	3 952	4 020
Brasil	31 961	318 104	96 952	24 917	100 002	84 858	52 019	100 556

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006

## 5.2 DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF

### 5.2.1 Agricultura Familiar segundo a Declaração de Aptidão ao Pronaf

Para o estudo, foram consideradas as DAP's Ativas com posição em 30 de junho de 2014, perfazendo o universo de 4.996.569 registros.

Neste trabalho foram utilizadas as DAP's de pessoa física para as Unidades Familiares enquadradas como A, B e V definidas a seguir. Tendo em vista a data de geração do arquivo de suporte aos estudos e, ainda, desde que considerada "ativa". Entende-se por uma DAP "ativa" toda e qualquer DAP validada pela SAF (isto é, homologada pelas análises de consistência) e em sua última versão.

#### 5.2.1.1 Quantidade de DAP por Unidade da Federação

No que se relaciona ao total de DAP, a sua distribuição é conforme a Tabela 9 a seguir:

TABELA 9 - NÚMERO DE DAP ATIVAS POR GRUPO DE ENQUADRAMENTO AO PRONAF, SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO E REGIÃO ECONÔMICA DO PAÍS

Unidade Geográfica	Total	A	B	V	Continua
Acre	32 229	4 103	13 740	14 386	
Amapá	12 562	2 129	5 395	5 038	
Amazonas	90 835	2 062	42 811	45 962	
Pará	207 064	16 745	107 805	82 514	
Rondônia	69 785	1 923	23 457	44 405	
Roraima	10 129	1 129	5 417	3 583	
Tocantins	45 721	8 194	11 891	25 636	
Norte	422 604	28 091	198 625	221 524	
Alagoas	113 337	6 807	81 495	25 035	
Bahia	662 547	11 897	525 801	124 849	
Ceará	650 058	16 717	558 858	74 483	
Maranhão	483 292	21 321	386 105	75 866	
Paraíba	246 735	9 452	212 151	25 132	
Pernambuco	366 733	17 821	278 556	70 356	
Piauí	322 836	21 035	258 507	43 294	
Rio Grande do Norte	138 729	12 799	100 778	25 152	
Sergipe	87 902	8 943	59 687	19 272	
Nordeste	3 117 890	134 986	2 473 829	483 439	
Espírito Santo	82 742	2 623	8 624	71 495	
Minas Gerais	391 557	6 809	166 678	218 070	

TABELA 9 - NÚMERO DE DAP ATIVAS POR GRUPO DE ENQUADRAMENTO AO PRONAF, SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO E REGIÃO ECONÔMICA DO PAÍS

				Conclusão
Unidade Geográfica	Total	A	B	V
Rio de Janeiro	19 428	866	2 489	16 073
São Paulo	86 237	8 584	9 213	68 440
Sudeste	579 964	18 882	187 004	374 078
Paraná	201 970	4 891	25 896	171 183
Rio Grande do Sul	348 899	4 812	44 131	299 956
Santa Catarina	143 856	1 971	16 478	125 407
Sul	694 725	11 674	86 505	596 546
Distrito Federal	3 810	9	1 433	2 368
Goiás	55 673	4 257	7 067	44 349
Mato Grosso	66 793	7 319	20 762	38 712
Mato Grosso do Sul	29 234	10 431	5 365	13 438
Centro-Oeste	155 510	22 016	34 627	98 867
Brasil	4 970 693	215 649	2 980 590	1 774 454

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – Coordenação de Monitoramento e Avaliação em 2014

Constata-se que, em algumas UF, o número de DAP é maior que o do Censo, as UFs que tem essa maior diferença é AP e DF, o que se explica principalmente, porque, para acessar as políticas públicas, são emitidas DAPs específicas para filhos ou mulheres, contabilizando mais de uma DAP por estabelecimento. Existe também um pequeno percentual de falha na emissão, que vem sendo corrigido ao longo do tempo.

O que também pode explicar essa diferença é que o Censo usou alguns critérios além dos estipulados pela lei de agricultura familiar.

#### 5.2.1.2 Área Do Estabelecimento dos Agricultores Familiares, segundo a DAP

Essa variável foi calculada pela divisão entre o somatório das áreas dos estabelecimentos e o somatório do número de estabelecimentos, a partir dos dados das DAPs.

TABELA 10 – ÁREA MEDIDA DOS ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO E REGIÃO ECONÔMICA DO PAÍS

		Continua
Unidade Geográfica	Área Média (hectares)	
Acre		69,09
Amazonas		26,92
Amapá		47,23



TABELA 10 – ÁREA MEDIDA DOS ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO E REGIÃO ECONÔMICA DO PAÍS

		Conclusão
Unidade Geográfica	Área Média (hectares)	
Pará		33,13
Rondônia		41,99
Roraima		35,32
Tocantins		48,88
Norte		37,68
Alagoas		5,45
Bahia		12,59
Ceará		23,85
Maranhão		14,33
Paraíba		15,28
Pernambuco		10,49
Piauí		23,47
Rio Grande do Norte		13,07
Sergipe		8,8
Nordeste		16,01
Espírito Santo		12,96
Minas Gerais		18,18
Rio de Janeiro		9,87
São Paulo		15
Sudeste		15,3
Paraná		14,91
Rio Grande do Sul		15,69
Santa Catarina		14,88
Sul		15,3
Distrito Federal		5,55
Goiás		36
Mato Grosso do Sul		19,62
Mato Grosso		48,88
Centro-Oeste		37,71
Brasil		23,76

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – Coordenação de Monitoramento e Avaliação em 2014

Considerando a área média do estabelecimento, a Tabela 10 apresenta os dados do tamanho médio dos estabelecimentos dos agricultores familiares. Desta tabela podem ser extraídas as seguintes informações: todas as UFs que compõem a Região Norte a área do estabelecimento está acima da média nacional. Duas UFs têm a média dos estabelecimentos bem próximo ao tamanho mínimo de um módulo fiscal que é de 5 hectares, são elas: Distrito Federal com 5,55ha e Alagoas com 5,45ha.

### 5.2.1.3 Condição De Posse E Uso Da Terra dos Agricultores Familiares, segundo a DAP

O Domínio sobre o fator terra assume importância vital nas possibilidades da sustentabilidade e do desenvolvimento dos produtores agrícolas. Junto aos agricultores familiares, essa condição combinada à escala do empreendimento se insere nas principais relações causais da dificuldade de crescimento, desenvolvimento e sustentabilidade. Na DAP, essa variável se constitui em um campo multivalorado e o estabelecimento do agricultor familiar poder ser composto por mais de uma condição de posse de uso da terra. As alternativas de registro proporcionadas na DAP estão explicitadas na Tabela Auxiliar nº 11.

**TABELA 11 (AUXILIAR) - DOMÍNIO DO FATOR TERRA DOS AGRICULTORES FAMILIARES**

---

Forma de Domínio da Terra

Acampamento

Arrendatário/a

Assentado/a pelo Programa Nacional Reforma Agrária

Ben. do Cédula da Terra

Beneficiário/a do Banco da Terra

Beneficiário/a do Crédito Fundiário e Combate à Pobreza rural - CFCPR

Beneficiário/a do Programa Nacional<sup>1ª</sup> Terra

Beneficiário/a do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF

Comodatário

Extrativista DAP

Meeiro/a

Não se aplica

Outra

Parceiro/a

Posseiro/a

Proprietário/a

Uso Coletivo

---

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – Coordenação de Monitoramento e Avaliação em 2014

TABELA 12 – QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTO POR DOMÍNIO NO FATOR TERRA SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO E REGIÃO ECONÔMICA DO PAÍS

Continua

Unidade Geográfica	Acampamento	Arrendatário/a	Assentado/a pelo PNRA	Ben_ do Cédula da Terra	Beneficiário/a do B_ da Terra	Beneficiário/a do CFCPR	Beneficiário/a do PN1ª Terra	Beneficiário/a do PNCF	Comodatário	Extrativista DAP	Meeiro/a	Não se aplica	Outra	Parceiro/a	Posseiro/a	Proprietário/a	Uso Coletivo
Acre	40	283	6365		6	24	9		649	31	37	1553	155	340	14044	8284	665
Amazonas	97	4419	2304		12	49	8		3839	476	140	13842	3200	2644	42976	12699	4474
Amapá	79	256	2180		3	2	2		323	715	32	538	236	1999	4084	1772	593
Pará	528	3684	24337		115	60	64		4480	5620	739	12156	5396	9224	93721	40732	8081
Rondônia	191	2452	3668		10	43	33	79	10794	32	370	484	587	901	5779	44400	491
Roraima	303	381	1679		8	1	5		107	53		674	1101	135	1713	1365	2958
Tocantins	170	3139	11358		58	186	43	1585	1134	878	45	1422	558	765	7256	16397	1480
Norte	1408	14614	51891		212	365	164	1664	21326	7805	1363	30669	11233	16008	16957 3	125649	18742
Alagoas	133	9593	5240		239	62	18	1492	33105	12	734	4166	1631	3641	6026	46993	853
Bahia	2234	22075	14364	1185	709	600	154	3078	95877		8619	9158	7506	40390	17280 6	280208	10695
Ceará	1108	156569	12793	72	225	717	74	2208	15646		44990	2005	34896	19600 5	88189	91416	5004
Maranhão	1666	53503	20318	56	142	156	45	2499	5530		2602	11830	11721	26705	19549 9	136488	20565
Paraíba	156	22177	8169		331	333	41	1688	25853		33630	5398	4179	53557	27760	61861	2725
Pernambuco	198	24425	17691	67	118	259	113	1568	76668		2843	2317	6777	20654	97980	112355	4292
Piauí	23	35312	11974		435	389	70	10513	71286		2205	3706	2358	36623	87434	59189	2563

TABELA 12 – QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTO POR DOMÍNIO NO FATOR TERRA SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO E REGIÃO ECONÔMICA DO PAÍS

Continuação

Unidade Geográfica	Acampamento	Arrendatário/a	Assentado/a pelo PNRA	Ben_ do Cédula da Terra	Beneficiário/a do B_ da Terra	Beneficiário/a do CFCPR	Beneficiário/a do PN1ª Terra	Beneficiário/a do PNCF	Comodatário	Extrativista DAP	Meeiro/a	Não se aplica	Outra	Parceiro/a	Posseiro/a	Proprietário/a	Uso Coletivo
Rio Grande do Norte	999	3713	14546	2	339	428	59	4025	14466		3590	4130	1739	40494	17130	32023	3075
Sergipe	495	10966	7892	3	184	7	19	1793	17325		459	2795	322	2701	3932	38788	1130
Nordeste	7012	338333	112987	1385	272 2	2951	593	28864	35575 6	12	99672	45505	71129	42077 0	69675 6	859321	50902
Espírito Santo	21	3368	2571		80	232	49	1402	20446		3075	447	360	11906	476	39483	407
Minas Gerais	94	48806	8643	32	776	130	106	1036	47018		6319	1562	3226	30573	46187	204385	3188
Rio de Janeiro	406	5984	672		74	12	3	130	1071		383	2071	328	1957	519	6426	103
São Paulo	315	18934	11481		814	45	42	340	7653		322	2689	2326	2453	1756	37488	1165
Sudeste	836	77092	23367	32	174 4	419	200	2908	76188		10099	6769	6240	46889	48938	287782	4863
Paraná	568	40791	9146		449	252	48	1262	26750		366	465	984	8140	4467	117805	655
Rio Grande do Sul	405	83917	3966		583	1723	76	2522	27131		529	2085	2130	16555	5602	223668	3729
Santa Catarina	145	29202	2439		121 5	207	94	530	6231		114	969	987	10543	741	93819	497
Sul	1118	153910	15551		224 7	2182	218	4314	60112		1009	3519	4101	35238	10810	435292	4881
Distrito Federal	1	613	92					6	44		69	22	93	706	1527	607	34
Goiás	2068	10763	5388		148	7	82	711	4150		123	291	573	533	2681	30588	97

TABELA 12 – QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTO POR DOMÍNIO NO FATOR TERRA SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO E REGIÃO ECONÔMICA DO PAÍS

Conclusão

Unidade Geográfica	Acampamento	Arrendatário/a	Assentado/a pelo PNRA	Ben_ do Cédula da Terra	Beneficiário/a do B_ da Terra	Beneficiário/a do CFCPR	Beneficiário/a do PN1ª Terra	Beneficiário/a do PNCF	Comodatário	Extrativista DAP	Meeiro/a	Não se aplica	Outra	Parceiro/a	Posseiro/a	Proprietário/a	Uso Coletivo
Mato Grosso do Sul	297	3350	11099		825	43	32	2483	686		16	669	399	769	201	7936	1586
Mato Grosso	917	6060	12057		1194	191	180	2543	2451		400	418	1567	1733	12874	24531	1756
Centro-Oeste	3283	20786	28636		2167	241	294	5743	7331		608	1400	2632	3741	17283	63662	3473
Brasil	13657	604735	232432	1417	9092	6158	1469	43493	520713	7817	112751	87862	95335	522646	943360	1771706	82861

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – Coordenação de Monitoramento e Avaliação em 2014

Os dados revelam que, no Brasil, 35,64% dos agricultores são proprietários, 18,97% são posseiros, 12,17% são arrendatários, 10,51% parceiros. Um fato relevante é que o Distrito Federal foge completamente à média quando comparamos com UF's que compõem a Região Centro-Oeste, enquanto os outros estados que formam esta região têm a média de 8,25% de posseiros o Distrito Federal tem 40,07%.

## 5.2.1.4 Valor Bruto da Produção

Os dados das DAPs relativos ao Valor Bruto da Produção - VBP dos agricultores familiares apresentam-se como na

Tabela:

TABELA 13 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DENTRO E FORA DO ESTABELECIMENTO, A PREÇOS DE SETEMBRO 2014, POR GRUPO DE ENQUADRAMENTO AO PRONAF E SEGUNDO UF'S E REGIÕES ECONÔMICAS DO PAÍS

Continua

Grupo de enquadramento		A		B		V		Todos os grupos	
Unidade Geográfica	VBP Médio	VBP total	VBP Médio	VBP total	VBP Médio	VBP total	VBP Médio	VBP total	
Acre	10 229,18	39 893 819,97	5981,78	79 593 509,62	31122,94	447 734 660,34	17954,61	567 221 989,93	
Amapá	11 307,9	20 761 303,66	8357,73	44 078 680,96	38241,3	192 659 681,64	21196,88	257 499 666,26	
Amazonas	12 016,2	20 331 415,58	6924,22	291 745 043,77	28672,79	1 316 912 374,91	18149,28	1 628 988 834,26	
Pará	82 97,53	94 019 294,82	7178,16	760 777 306,25	37995,67	3 135 174 671,32	19966,83	3 989 971 272,40	
Rondônia	6 331,29	10 003 435,38	7646,38	172 227 083,38	49247,19	2 186 821 287,14	34580,15	2 369 051 805,90	
Roraima	7 811,73	4 687 035,16	5509,97	23 654 296,55	48775,64	174 763 125,46	23962,3	203 104 457,17	
Tocantins	6 508,26	46 189 127,27	6021,34	66 373 257,88	36181,46	927 547 921,68	23770,69	1 040 110 306,83	
Norte	8 413,66	235 885 431,85	7032,64	1 438 449 178,42	37841,78	8 381 613 722,48	22146,45	10 055 948 332,75	
Alagoas	5 110,9	29 326 336,12	4633,35	366 650 884,13	29428,07	736 143 143,61	10302,68	1 132 120 363,86	
Bahia	4 450,86	37 298 217,72	5475,5	2 823 413 444,82	30002,23	3 744 218 501,93	10179,86	6 604 930 164,48	
Ceará	7 282,08	115 923 397,63	3292,62	1 712 087 458,08	27815,26	2 068 731 882,97	6385,27	3 896 742 738,67	
Maranhão	7 306,63	9 257 498,63	5392,91	2 042 646 070,47	30949,35	2 346 362 859,23	9648,6	4 398 266 428,33	
Paraíba	4 385,84	9 762 885,16	4707,87	985 946 536,43	27136,93	679 563 100,49	7077,83	1 675 272 522,09	
Pernambuco	6 435,1	86 294 636,22	4578,61	1 263 939 704,17	31647,74	2 226 260 382,12	9940,01	3 576 494 722,51	
Piauí	6 159,65	124 720 579,78	4822,33	1 235 215 336,07	22431,09	970 817 725,28	7291,06	2 330 753 641,13	
Rio Grande Norte	4 536,48	55 971 071,83	5347,43	526 208 950,16	28204,01	709 387 149,80	9504,23	1 291 567 171,80	
Sergipe	3 324,34	28 300 086,08	4985	293 800 900,39	27200,9	524 215 702,08	9758,96	846 316 688,55	
Nordeste	5 643,58	496 854 709,17	4702,19	11 249 909 284,73	28991,85	14 005 700 447,52	8689,54	25 752 464 441,43	
São Paulo	8 868,6	46 418 255,88	11446,16	96 525 435,10	85085,31	5 820 601 263,23	72658,82	5 963 544 954,21	
Rio de Janeiro	2 2093,06	17 100 032,01	12983,85	32 316 797,82	79856,99	1 283 142 095,56	68933,78	1 332 558 925,38	

TABELA 13 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DENTRO E FORA DO ESTABELECIMENTO, A PREÇOS DE SETEMBRO 2014, POR GRUPO DE ENQUADRAMENTO AO PRONAF E SEGUNDO UF'S E REGIÕES ECONÔMICAS DO PAÍS

Conclusão

Grupo de enquadramento	A		B		V		Todos os grupos	
Unidade Geográfica	VBP Médio	VBP total	VBP Médio	VBP total	VBP Médio	VBP total	VBP Médio	VBP total
Minas Gerais	14 977,45	91 482 266,71	7785,2	1 253 844 608,90	63546,53	13 855 495 024,46	39462,15	15 200 821 900,07
Espírito Santo	13 102,62	31 066 300,30	12193,57	102 816 211,53	66354,12	4 743 987 734,66	59270,82	4 877 870 246,49
Sudeste	12 843,71	186 066 854,90	8234,09	1 485 503 053,35	68723,55	25 703 226 117,91	48118,4	27 374 796 026,15
Paraná	18 466,31	17 099 807,43	11641,07	290 398 120,83	77939,28	13 340 632 426,81	69266,14	13 648 130 355,08
Rio Grande do Sul	6 373,84	16 444 515,87	9352,14	410 185 026,67	68571,77	20 567 691 316,83	60609,96	20 994 320 859,37
Santa Catarina	20 110,19	33 000 822,02	12411,28	201 459 910,82	102188,04	12 813 767 146,53	91076,3	13 048 227 879,38
Sul	12 928,92	66 545 145,33	10607,53	902 043 058,33	78326,4	46 722 090 890,17	69450,09	47 690 679 093,82
Distrito Federal		-	10369,45	11 427 129,16	94897,93	224 718 300,96	68053,44	236 145 430,12
Goiás	13 257,65	43 949 117,99	11285,71	76 889 525,74	68896,53	3 054 872 191,56	58304,16	3 175 710 835,29
Mato Grosso	8 483,47	27 164 075,84	8988,65	183 206 635,36	74111,72	2 869 012 802,75	49431,48	3 079 383 513,96
Mato Grosso do Sul	7 884,22	16 659 356,51	9831,72	48 352 412,75	60683,9	815 348 879,99	43013,66	880 360 649,25
Centro-Oeste	10 170,63	87 772 550,34	9630,46	319 875 703,02	70445,42	6 963 952 175,26	52391,95	7 371 600 428,62
Brasil	7 434,75	1 073 124 691,59	5316,8	15 395 780 277,84	57372,79	101 776 583 353,34	24562,95	118 245 488 322,77

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – Coordenação de Monitoramento e Avaliação em 2014



Pode-se verificar que o Grupo V, que representa 35,7% do total da AF, representa 86,1% do VBP total.

As Regiões Geográficas com maior VBP total são, por ordem decrescente, 1º Sul, 2º Sudeste, 3º Nordeste, 4º Norte e 5º Centro-Oeste, com as seguintes UFs: 1º RS – R\$ 20.994,3 milhões; 2º MG – R\$ 15.200,8 milhões; 3º PR – R\$ 13.648,13 milhões, 4º SC – R\$ 13.048,22 milhões, 5º BA – R\$ 604,93 milhões e 6º SP – R\$ 5.963,54 milhões.

Verifica-se que as regiões geográficas que apresentam maior VBP médio, por ordem decrescente são: 1º Sul, 2º Sudeste, 3º Centro-Oeste, 4º Norte e 5º Nordeste, com as seguintes UF's: 1º Santa Catarina, 2º São Paulo, 3º Paraná, 4º Rio de Janeiro e 5º Distrito Federal.

Constata-se também que as nove UFs do Nordeste são as que apresentam maior concentração de agricultores familiares enquadrados como B e são as que apresentam também os nove menores VBP médio.

#### 5.2.1.5 Organização Social dos Agricultores Familiares, segundo a DAP

A DAP coleta dados sobre a participação associativa dos agricultores familiares. Na Tabela Auxiliar nº 14 que segue são apresentadas as alternativas disponibilizadas na DAP para esse registro.

TABELA 14 (AUXILIAR) - ALTERNATIVAS DE REGISTRO DA ORGANIZAÇÃO OU GRUPO SOCIAL A QUE O AGRICULTOR FAMILIAR PERTENÇA

---

Associação
Cooperativa
Indígena
Quilombola
Conselho Nacional da Agricultura - CNA
CONTAG
Associação Nacional do Pequenos Agricultores - ANPA
FETRAF
Outra
Não Pertence

---

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – Coordenação de Monitoramento e Avaliação em 2014

Inicialmente apurou-se a frequência de ocorrência da participação em uma dada organização ou grupo social que o agricultor familiar pertença. Os

resultados dessa tabulação são apresentados na Tabela 16.

**TABELA 15 – QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR POR FORMA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO E REGIÃO ECONÔMICA DO PAÍS**

<b>Unidade Geográfica</b>	<b>Associação</b>	<b>Cooperativa</b>	<b>Indígena</b>	<b>Não pertence</b>	<b>Outra</b>	<b>Quilombola</b>	<b>Sindicato</b>
Acre	21895	691	647	1517	4696	8	7327
Amazonas	29462	2375	4147	31409	10862	84	15176
Amapá	5184	480	49	3568	2604	280	647
Pará	76552	3696	1056	44365	38142	4300	47641
Rondônia	25723	910	298	25974	3624	59	15495
Roraima	2481	461	3669	1958	1705	1	271
Tocantins	15799	203	485	17330	8646	398	3496
<b>Norte</b>	<b>177096</b>	<b>8816</b>	<b>10351</b>	<b>126121</b>	<b>70279</b>	<b>5130</b>	<b>90053</b>
Alagoas	36203	2802	896	35160	9187	287	30728
Bahia	288469	6951	3554	174754	20848	7623	206677
Ceará	320950	978	576	145122	20379	175	178726
Maranhão	94601	969	3388	103098	53541	9193	227146
Paraíba	110017	898	1675	52657	9416	421	105253
Pernambuco	143078	1192	5918	96423	24998	3004	109428
Piauí	48635	640	73	90137	18450	607	175024
Rio Grande do Norte	40364	528	37	31886	12652	252	61185
Sergipe	41790	500	104	26221	6596	210	14262
<b>Nordeste</b>	<b>1124107</b>	<b>15458</b>	<b>16221</b>	<b>755458</b>	<b>176067</b>	<b>21772</b>	<b>1108429</b>
Espírito Santo	12099	4900	129	21531	3304	315	44533
Minas Gerais	169317	27933	932	108441	10343	1874	100918
Rio de Janeiro	6051	2647	19	7503	2722	26	2142
São Paulo	18932	9712	132	39866	10745	960	8306
<b>Sudeste</b>	<b>206399</b>	<b>45192</b>	<b>1212</b>	<b>177341</b>	<b>27114</b>	<b>3175</b>	<b>155899</b>
Paraná	31152	46110	575	68376	5713	340	66495
Rio Grande do Sul	35521	78572	4883	38872	12099	1767	239894
Santa Catarina	20263	31883	1181	28075	4843	75	81087
<b>Sul</b>	<b>86936</b>	<b>156565</b>	<b>6639</b>	<b>135323</b>	<b>22655</b>	<b>2182</b>	<b>387476</b>
Distrito Federal	1939	194	2	1446	175		59
Goiás	9139	5702	5	23607	4786	392	16949
Mato Grosso do Sul	8606	1267	1287	8597	7927	363	1548
Mato Grosso	19511	6828	2085	17901	4989	522	20428
<b>Centro-Oeste</b>	<b>39195</b>	<b>13991</b>	<b>3379</b>	<b>51551</b>	<b>17877</b>	<b>1277</b>	<b>38984</b>
<b>Brasil</b>	<b>1633733</b>	<b>240022</b>	<b>37802</b>	<b>1245794</b>	<b>313992</b>	<b>33536</b>	<b>1780841</b>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – Coordenação de Monitoramento e Avaliação em 2014

Em relação ao modo de organização dos agricultores familiares, 35% são vinculados ao um sindicato e 25% não participam de nenhuma forma associativa. Já em vista das UF's o Acre tem a maior porcentagem de associados e o Rio Grande do Sul com 10,18% sendo a menor, mas a segunda com 22,53% organizados em cooperativas.

#### 5.2.1.6 Ocupação Principal dos Agricultores Familiares, segundo a DAP

A DAP coleta dados acerca da Ocupação Principal dos agricultores familiares. Trata-se de um campo multivalorado e que permite o apontamento de mais de uma resposta. Vale apresentar de início as alternativas de Ocupações disponibilizadas para registro na DAP. Na Tabela Auxiliar nº 16, essas ocupações são mostradas.

**TABELA 16 (AUXILIAR) - RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES PRINCIPAIS DOS AGRICULTORES FAMILIARES**

---

Agricultor
Aquicultor
Artesão
Extrativista
Pecuarista
Pescador
Silvicultor
Turismo Rural
Indefinido
Outra

---

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – Coordenação de Monitoramento e Avaliação em 2014

TABELA 17 - QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR POR OCUPAÇÃO PRINCIPAL SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO E REGIÃO ECONÔMICA DO PAÍS

Continua										
Unidade Geográfica	Agricultor/a	Aquicultor/a	Artesão(ã)	Extrativista	Indefinido	Outra	Pecuarista	Pescador/a	Silvicultor/a	Turismo Rural
Acre	27657	449	130	2524		137	4628	1898	8	4
Amazonas	66175	634	439	6185		324	4806	21378	330	27
Amapá	9550	110	31	2339		290	786	989	5	5
Pará	151899	1060	675	29621		3531	28380	28034	1842	48
Rondônia	52548	569	77	645		474	23949	822	15	26
Roraima	8144	135	16	841		55	1601	851	3	
Tocantins	34182	296	1077	2159		333	17839	1460	14	4
Norte	350155	3253	2445	44314		5144	81989	55432	2217	114
Alagoas	105716	455	747	109	1	425	10259	4695	13	19
Bahia	617038	2441	1550	2294		9178	141082	14586	97	85
Ceará	635911	2767	1825	81		1374	14189	7561	25	40
Maranhão	428624	2413	1127	15751		6814	33759	33584	113	45
Paraíba	236391	613	1611	89	9	1698	20500	6562	17	18
Pernambuco	350063	1215	1148	128		2557	52559	3614	25	40
Piauí	311857	874	623	2399	2	1499	32624	6258	12	33
Rio Grande do Norte	127403	379	614	119		1512	13673	7831	12	14
Sergipe	82162	275	324	98		493	9653	2987	7	6
Nordeste	2895165	11432	9569	21068	12	25550	328298	87678	321	300
Espírito Santo	77835	403	32	88		271	6189	1306	110	27
Minas Gerais	332518	2156	898	1007		4380	136652	4221	2175	163
Rio de Janeiro	14489	86	54	41		134	4497	2368	81	30
São Paulo	63464	751	148	248		874	23739	3548	437	149
Sudeste	488306	3396	1132	1384		5659	171077	11443	2803	369
Paraná	187632	1079	137	631		2464	35997	831	456	83
Rio Grande do Sul	337498	687	1079	980		1978	43053	3340	1934	134
Santa Catarina	139012	752	175	661		929	10729	2204	999	71

TABELA 17 - QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR POR OCUPAÇÃO PRINCIPAL SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO E REGIÃO ECONÔMICA DO PAÍS

Unidade Geográfica	Conclusão									
	Agricultor/a	Aquicultor/a	Artesão(ã)	Extrativista	Indefinido	Outra	Pecuarista	Pescador/a	Silvicultor/a	Turismo Rural
Sul	664142	2518	1391	2272		5371	89779	6375	3389	288
Distrito Federal	3363	30	30	1		69	366	26	4	8
Goiás	38820	471	68	280		1207	40837	602	206	92
Mato Grosso do Sul	21414	184	19	75		217	8021	1053	23	7
Mato Grosso	34322	362	1537	550		1078	36704	1912	193	21
Centro-Oeste	97919	1047	1654	906		2571	85928	3593	426	128
Brasil	4495687	21646	16191	69944	12	44295	757071	164521	9156	1199

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – Coordenação de Monitoramento e Avaliação em 2014

Os agricultores familiares no âmbito da ocupação principal 90,44% são agricultores familiares, já a UF na qual têm a menor porcentagem nesta ocupação é o Mato Grosso com 51,38%. A segunda principal ocupação é a pecuária com 15,23%; em terceiro pescador com 3,31% e em quarto o extrativismo com 1,41%, as outras ocupações a média é abaixo de 1%.

### 5.2.1.7 Força De Trabalho dos Agricultores Familiares, segundo a DAP

Inicialmente, apurou-se o número de membros da família extraído diretamente da DAP, para o Brasil e cada uma das regiões econômicas. As diferenças entre regiões não se mostraram estatisticamente diferente do parâmetro nacional – 3,75 pessoa por família. Os números das regiões ficaram dentro dos limites da média nacional e um desvio padrão.

Passo seguinte foi calcular o potencial da força de trabalho familiar. Estimou-se uma estrutura familiar baseada nos dados censitários e aplicou-se sobre os 3,75, com a finalidade de se identificar as pessoas da família em condições de oferecer trabalho ao processo produtivo cujos resultados são apresentados na Tabela 18. Esses dados revelam que uma família média é constituída por 1,4 crianças; 0,25 adolescentes; e, 2,1 adultos.

TABELA 18 – NÚMERO DE OCORRÊNCIA E MÉDIA DE FORÇA DE TRABALHO TOTAL - HOMENS/ANO, POR ESTABELECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR, SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO E REGIÃO ECONÔMICA DO PAÍS

			Continua
Unidade Geográfica	Nº Ocorr	Média	
Acre	32 229	4,62	
Amazonas	90 835	4,39	
Amapá	12 562	4,01	
Pará	207 064	4,11	
Rondônia	69 785	3,92	
Roraima	10 129	3,94	
Tocantins	45 721	3,84	
Norte	468 325	4,14	
Alagoas	113 337	4,51	
Bahia	662 547	4,17	
Ceará	650 058	4,21	
Maranhão	483 292	4,23	
Paraíba	246 735	4,48	
Pernambuco	366 733	4,13	
Piauí	322 836	4,21	
Rio Grande do Norte	138 729	4,16	
Sergipe	87 902	4,17	
Nordeste	3 072 169	4,22	
Espírito Santo	82 742	4,04	
Minas Gerais	391 557	4,11	
Rio de Janeiro	19 428	4,52	
São Paulo	86 237	3,97	
Sudeste	579 964	4,09	
Paraná	201 970	4	
Rio Grande do Sul	348 899	4,18	
Santa Catarina	143 856	4,09	

TABELA 18 – NÚMERO DE OCORRÊNCIA E MÉDIA DE FORÇA DE TRABALHO TOTAL - HOMENS/ANO, POR ESTABELECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR, SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO E REGIÃO ECONÔMICA DO PAÍS

Conclusão		
Unidade Geográfica	Nº Ocorr	Média
Sul	694 725	4,11
Distrito Federal	3 810	4,57
Goiás	55 673	3,78
Mato Grosso do Sul	29 234	3,81
Mato Grosso	66 793	3,78
Centro-Oeste	155 510	3,81
Brasil	4 970 693	4,17

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – Coordenação de Monitoramento e Avaliação em 2014

#### 5.2.1.8 Escolaridade dos Agricultores Familiares, segundo a DAP

A escolaridade foi calculada a partir do número de anos de estudo de cada titular de uma DAP. No processo de emissão das DAPs são disponibilizadas alternativas para registro da escolaridade conforme apresentado na Tabela Auxiliar nº 19. Para cada alternativa foi atribuído o número de anos de estudo. Para as alternativas de cursos incompletos, adotou-se como parâmetro o ponto médio de anos de estudo vinculado àquela alternativa. As alternativas de registro da escolaridade e seus respectivos parâmetros são mostrados na Tabela Auxiliar nº 19 que segue.

Para cada Titular da DAP foi atribuído, então, o número de anos de estudo. Na sequência apurou-se o somatório do número de anos que foi dividido pelo número de titulares.

TABELA 19 (AUXILIAR) - ALTERNATIVAS PARA REGISTRO DE ESCOLARIDADE E SEUS RESPECTIVOS PARÂMETROS DE CONVERSÃO PARA ANOS DE ESTUDO

Continua	
Alternativas de Registro	Número de Anos de Estudo Estipulado
Analfabeto	0
Alfabetizado	1
Primeiro Grau Incompleto	4
Primeiro Grau Completo	8
Segundo Grau Incompleto	10
Segundo Grau Completo	11
Técnico Incompleto	11

TABELA 19 (AUXILIAR) - ALTERNATIVAS PARA REGISTRO DE ESCOLARIDADE E SEUS RESPECTIVOS PARÂMETROS DE CONVERSÃO PARA ANOS DE ESTUDO

		Conclusão
Alternativas de Registro	Número de Anos de Estudo Estipulado	
Técnico Completo	12	
Superior Incompleto	12	
Superior Completo	14	
Sem Informação	0	
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – Coordenação de Monitoramento e Avaliação em 2014		

TABELA 20 – MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO DOS AGRICULTORES FAMILIAR SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO E REGIÃO ECONÔMICA DO PAÍS

		Continua
Unidade Geográfica	Escolaridade	
Acre	4,79	
Amazonas	5,55	
Amapá	6,13	
Pará	5,35	
Rondônia	6,02	
Roraima	6,61	
Tocantins	5,96	
Norte	5,56	
Alagoas	4,41	
Bahia	4,65	
Ceará	4,39	
Maranhão	4,48	
Paraíba	3,99	
Pernambuco	4,93	
Piauí	4,46	
Rio Grande do Norte	5,02	
Sergipe	4,4	
Nordeste	4,53	
Espírito Santo	6,62	
Minas Gerais	5,85	
Rio de Janeiro	5,97	
São Paulo	7,53	
Sudeste	6,53	
Paraná	6,91	
Rio Grande do Sul	6,24	
Santa Catarina	6,7	
Sul	6,53	
Distrito Federal	7,03	
Goiás	6,66	
Mato Grosso do Sul	6,23	



TABELA 20 – MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO DOS AGRICULTORES FAMILIAR SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO E REGIÃO ECONÔMICA DO PAÍS

Unidade Geográfica	Escolaridade
Mato Grosso	6,62
Centro-Oeste	6,57
Brasil	5,17

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – Coordenação de Monitoramento e Avaliação em 2014

.

A UF que tem a maior média de anos de estudo do agricultor familiar é São Paulo com 7,53, porém todas as UFs que compõem a Região Nordeste têm média abaixo da média nacional que é 5,17.

## 5.2.1.9 Idade dos Agricultores Familiares, segundo a DAP

Apurou-se a Idade Média dos dois titulares da DAP e caso essa tivesse registrado apenas um único titular, considerou-se como a média, a idade registrada para esse titular. Em seguida apurou-se o somatório dessas médias e dividiu-se pelo número de Unidades Produtivas de Agricultores Familiares consideradas. Os resultados são apresentados na tabela nº 21.

TABELA 21 – IDADE MÉDIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO E REGIÃO ECONÔMICA DO PAÍS

Continua

<b>Unidade Geográfica</b>	<b>Idade média</b>
Acre	42,02
Amazonas	40,79
Amapá	41,54
Pará	41,13
Rondônia	43,97
Roraima	42,49
Tocantins	46,33
Norte	42,1
Alagoas	41,43
Bahia	45,03
Ceará	44,69
Maranhão	40,41
Paraíba	44,18
Pernambuco	42,02
Piauí	42,39
Rio Grande do Norte	43,97
Sergipe	42,8
Nordeste	43,28
Espírito Santo	44,3
Minas Gerais	46,44
Rio de Janeiro	45,9
São Paulo	49,69
Sudeste	46,6
Paraná	46,87
Rio Grande do Sul	47,73
Santa Catarina	45,97
Sul	47,11
Distrito Federal	47,13
Goiás	49,38

TABELA 21 – IDADE MÉDIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO E REGIÃO ECONÔMICA DO PAÍS

Conclusão	
<b>Unidade Geográfica</b>	<b>Idade média</b>
Mato Grosso do Sul	49,46
Mato Grosso	45,9
Centro-Oeste	47,97
Brasil	44,24

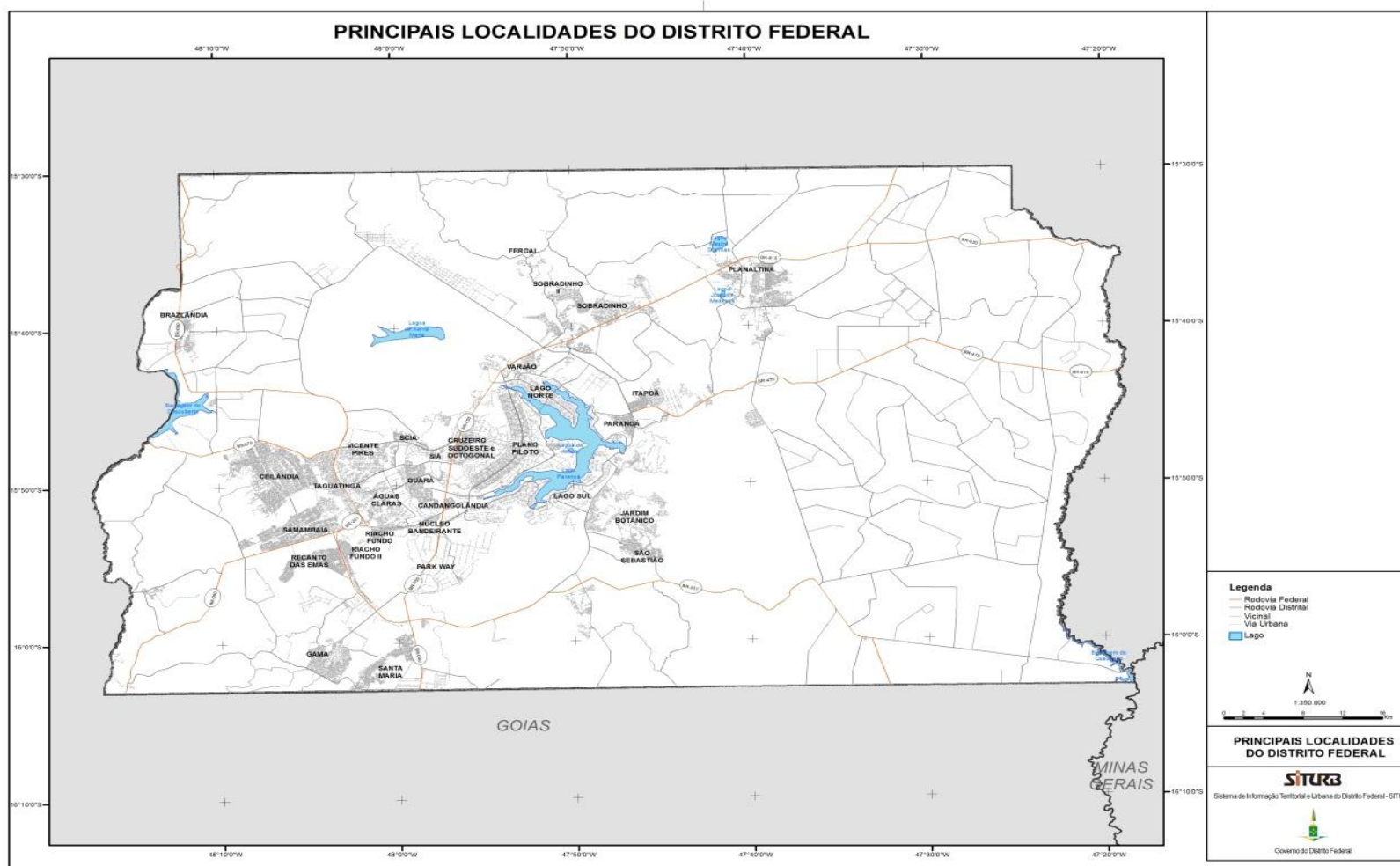
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário - Coordenação de Monitoramento e Avaliação em 2014

## **6 AGRICULTURA NO DISTRITO FEDERAL E REGIÃO DO ENTORNO**

### **6.1 DISTRITO FEDERAL**

O Distrito Federal tem suas particularidades desde sua formação, que por um ato administrativo a área passou a ser da União, pela motivação e construção. Uma área traçada no Planalto Central, numa região onde se encontram as cabeceiras de afluentes de três dos maiores rios brasileiros o Rio Maranhão (afluente do Rio Tocantins), o Rio Preto (afluente do São Francisco) e os rios São Bartolomeu e Descoberto (tributários do Rio Paraná), ocupando 5.779km<sup>2</sup>, tem sua organização administrativa diferente dos estados do país, não possuindo municípios e sim, 31 Regiões Administrativa (Figura 1).

Figura 1 - Áreas Econômicas do Distrito Federal



Fonte: [http://www.segeth.df.gov.br/images/Mapas/principais\\_localidades\\_df.jpg](http://www.segeth.df.gov.br/images/Mapas/principais_localidades_df.jpg)

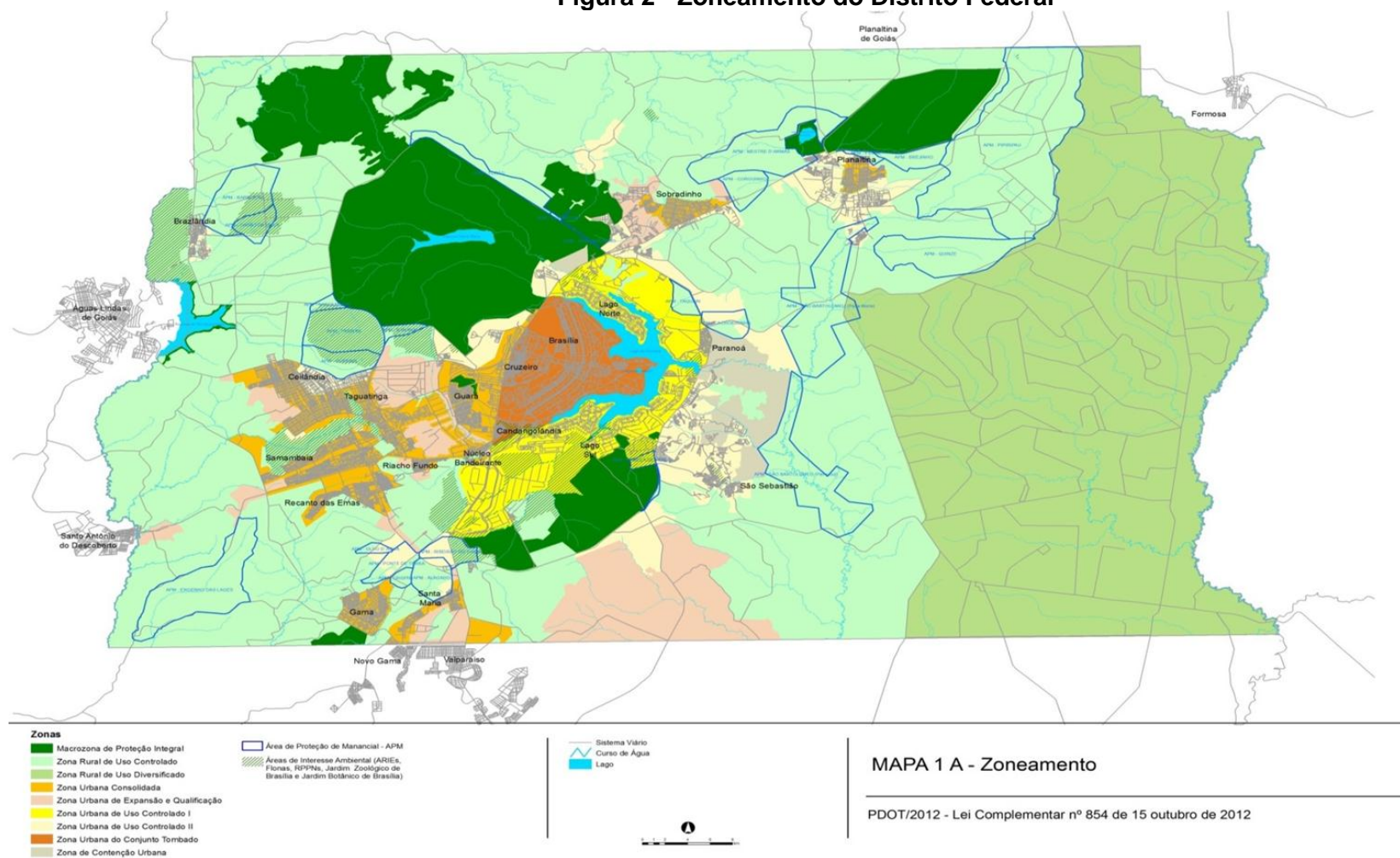
A dinâmica de evolução do Distrito Federal, territorial e demográfica detêm configurações totalmente distintas das outras cidades no país, inclusive as cidades vizinhas. A ocupação econômica na década de 60 era de 55% no setor da construção civil, concluída a etapa inicial de estabelecimento da capital, surgiram os primeiros problemas com relação ao desemprego. Mesmo com subsídios, a inexistência da consolidação do mercado retardou o desenvolvimento de diversas áreas, inclusive o setor agrícola (MAURICIO PIERRI, 2010).

Algumas estratégias para o desenvolvimento das atividades agrícolas foram idealizadas, sendo uma delas a criação do cinturão verde, que deveria cumprir a função de fornecer alimentos para a nova população. Segundo Botelho Filho, os resultados do cinturão verde não foram os esperados.

Brasília é o resultado de enormes investimentos públicos na região. Ela representa a interligação do território nacional. Enormes quantidades de pessoas e capitais se instalaram na região. A transformação espacial da região foi significativa. Entretanto, o desenvolvimento agrícola do Distrito Federal não foi suficiente para cumprir as finalidades planejadas de abastecimento e proteção da metrópole. A especulação e a privatização das terras podem explicar o atraso do desenvolvimento agrícola. (BOTELHO FILHO, 2001. p 1).

A Figura 2 apresenta o estágio atual de zoneamento do Distrito Federal conforme o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT, que é um instrumento básico da política territorial e de orientação aos agentes públicos e privados que atuam no território do Distrito Federal.

Figura 2 - Zoneamento do Distrito Federal



## 6.2 COMPARATIVO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO DISTRITO FEDERAL COM A AGRICULTURA FAMILIAR DOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO

Comparando o Distrito Federal com os municípios vizinhos, na Tabela a seguir, pode-se observar a área territorial dos municípios de Brasília e Entorno, como também o tamanho de cada módulo fiscal.

TABELA 22 - ÁREA TERRITORIAL E MÓDULO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS DO ENTORNO

<b>Município – UF</b>	<b>Área territorial IBGE (km²)</b>	<b>Módulo Fiscal (ha)</b>
Brasília – DF	5 779,999	5
Águas Lindas de Goiás – GO	188,385	40
Cidade Ocidental – GO	390	40
Cocalzinho de Goiás – GO	1 789,039	35
Cristalina – GO	6 162,097	40
Formosa – GO	5 811,788	40
Novo Gama – GO	194,992	40
Padre Bernardo – GO	3 139,175	40
Planaltina – GO	2 543,677	35
Santo Antônio do Descoberto – GO	944,145	40
Valparaíso de Goiás – GO	61,41	40
Cabeceira Grande – MG	1 031,409	65

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Percebe-se que o módulo fiscal no Distrito Federal sete vezes menor em relação aos outros municípios estudados e treze vezes menor que o maior módulo fiscal.

Assim sendo, uma propriedade no Distrito Federal para ainda ser classificada como da agricultura familiar deverá ter no máximo 20ha, por outro lado, as propriedades dos municípios vizinhos podem ter de 140ha a 260ha.

### 6.2.1 Agricultura Familiar Do Distrito Federal e Entorno segundo o Censo IBGE 2006

#### 6.2.1.1 Quantidade de estabelecimentos da Agricultura Familiar Do Distrito Federal e Entorno segundo o Censo IBGE 2006



TABELA 23 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR DO DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS DO ENTORNO

Município - UF	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)		Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	
	Não familiar	Agricultura familiar	Não familiar	Agricultura familiar
Brasília – DF	2 131	1 824	240 453	10 867
Águas Lindas de Goiás – GO	36	68	9 683	1 405
Cidade Ocidental – GO	91	212	23 039	3 689
Cocalzinho de Goiás – GO	296	304	112 193	8 818
Cristalina – GO	322	805	301 302	22 421
Formosa – GO	602	1 891	453 173	53 643
Novo Gama – GO	51	43	4 192	581
Padre Bernardo – GO	323	784	197 075	17 533
Planaltina – GO	296	660	114 597	19 436
Santo Antônio do Descoberto – GO	95	434	28 254	17 720
Valparaíso de Goiás – GO	1	41	X	27
Cabeceira Grande – MG	88	184	44 596	10 550

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

O Distrito Federal tem um número um total de 3.955 estabelecimentos rurais sendo que, destes 46% foram classificados como da agricultura familiar, nos outros municípios os estabelecimentos da agricultura familiar são maioria, podendo representar aproximadamente 98%, com a exceção do município de Novo Gama – GO com 45,7%.

6.2.1.2 Área média dos estabelecimentos e totais por grupo da Agricultura Familiar Do Distrito Federal e Entorno segundo o Censo IBGE 2006

TABELA 24 – ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS E QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS POR GRUPO TOTAL DE ÁREA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS DO ENTORNO

Continua

Continuação															
Município - UF	Média da Área do Estabeleciment o	Quantidade de estabelecimento por Grupos de área total													Produto r sem área
		Mais de 0 a menos de 0,1 ha	De 0,1 a menos de 0,2 ha	De 0,2 a menos de 0,5 há	De 0,5 a menos de 1 ha	De 1 a menos de 2 ha	De 2 a menos de 3 ha	De 3 a menos de 4 ha	De 4 a menos de 5 ha	De 5 a menos de 10 ha	De 10 a menos de 20 ha	De 20 a meno s de 50 ha	De 50 a meno s de 100 ha	De 100 a meno s de 200 ha	
Brasília - DF	5,958	2	11	20	26	104	386	188	172	572	310	32	-	-	1
Águas Lindas de Goiás - GO	20,662	2	1	5	5	7	16	1	4	5	5	7	5	5	-
Cidade Ocidental - GO	17,401	2	-	-	7	15	17	12	8	27	76	30	13	4	1
Cocalzinho de Goiás - GO	29,007	1	-	1	1	7	10	4	17	37	97	62	44	13	10
Cristalina - GO	27,852	-	-	-	3	19	14	16	14	100	268	204	141	25	1
Formosa - GO	28,368	10	10	13	11	38	61	37	47	132	318	974	123	98	19
Novo Gama - GO	13,512	-	-	3	3	1	3	5	1	10	7	8	2	-	-
Padre Bernardo - GO	22,364	4	-	5	25	34	27	9	18	50	336	183	44	31	18

TABELA 24 – ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS E QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS POR GRUPO TOTAL DE ÁREA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS DO ENTORNO

Conclusão

Município - UF	Média da Área do Estabeleciment o	Quantidade de estabelecimento por Grupos de área total													Produto r sem área
		Mais de 0 a menos de 0,1 ha	De 0,1 a menos de 0,2 ha	De 0,2 a menos de 0,5 há	De 0,5 a menos de 1 ha	De 1 a menos de 2 ha	De 2 a menos de 3 ha	De 3 a menos de 4 ha	De 4 a menos de 5 ha	De 5 a menos de 10 ha	De 10 a menos de 20 ha	De 20 a meno s de 50 ha	De 50 a meno s de 100 ha	De 100 a meno s de 200 ha	
Planaltina - GO	29,448	-	3	37	25	41	20	12	9	39	72	272	79	41	10
Santo Antônio do Descoberto - GO	40,829	8	2	1	5	16	20	13	14	53	40	129	72	60	1
Valparaíso de Goiás - GO	0,659	-	1	-	-	1	6	-	-	-	1	-	-	-	32
Cabeceira Grande - MG	57,337	-	-	1	-	1	3	5	1	9	33	54	32	34	5

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Quando observados todos os municípios que compõem este trabalho, verifica-se que a média da área dos estabelecimentos estão abaixo do tamanho de um módulo fiscal referente ao do município, com exceção de Santo Antônio do Descoberto. Outro fator que precisa ser analisado é que muitos empreendimentos têm uma área menor que um módulo fiscal, contrapondo o que o Art. 4º, incisos III e II da Lei nº 4.504/64 – Estatuto da Terra, na qual descreve o módulo fiscal como a área rural fixada a fim de atender às necessidades de uma propriedade familiar, um imóvel que possa ser diretamente explorado por uma família para lhes garantir a subsistência e viabilizar sua progressão socioeconômica.

## 6.2.1.3 Uso Da Terra pelos Agricultores Familiares Do Distrito Federal e Entorno segundo o Censo IBGE 2006

TABELA 25 – QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTO DA AGRICULTURA POR CONDIÇÃO DO PRODUTOR EM RELAÇÃO ÀS TERRAS DO DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS DO ENTORNO

Município – UF	Total	Condição do produtor						Área (Hectare)					
		Proprietário	Assentado sem titulação definitiva	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Produtor sem área	Proprietário	Assentado sem titulação definitiva	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Produtor sem área
Brasília – DF	1824	1 015	137	224	27	420	1						
Águas Lindas de Goiás – GO	68	66	-	1	-	1	-	1 282	-	X	-	X	-
Cidade Ocidental – GO	212	143	63	3	-	2	1	2 954	688	19	-	X	-
Cocalzinho de Goiás – GO	304	293	-	-	1	-	10	8 817	-	-	X	-	-
Cristalina – GO	805	346	442	7	-	9	1	14 676	7 174	289	-	282	-
Formosa – GO	1 891	1 125	680	13	2	52	19	36 647	16 149	373	X	467	-
Novo Gama – GO	43	42	-	-	-	1	-	568	-	-	-	X	-
Padre Bernardo – GO	784	631	128	5	-	2	18	15 485	1 694	350	-	X	-
Planaltina – GO	660	422	138	4	-	86	10	12 459	3 434	370	-	3 172	-
Santo Antônio do Descoberto – GO	434	433	-	-	-	-	1	17 720	-	-	-	-	-
Valparaíso de Goiás – GO	41	6	-	-	2	1	32	13	-	-	X	X	-
Cabeceira Grande – MG	184	175	1	1	-	2	5	10 452	X	X	-	X	-

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006

## 6.2.1.4 Receitas obtidas pelos Agricultores Familiares Do Distrito Federal e Entorno segundo o Censo IBGE 2006

TABELA 26 – QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTO E VALOR DE RECEITAS OBTIDAS POR GRUPO DE PRODUTOS PELOS AGRICULTORES FAMILIAR DO DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS DO ENTORNO

Município – UF	Continua																					
	Produtos vegetais		Animais e seus produtos		Animais criados em cativeiros (jacaré, escargô, capivara e outros)		Húmus		Esterco		Atividades de turismo rural no estabelecimento		Exploração mineral		Produtos da agroindústria		Prestação de serviço de beneficiamento e/ou transformação para terceiros		Prestação de serviço empresas integradoras		Outras atividades não-agrícolas realizadas no estabelecimento	
	Quant	R\$(mil)	Quant	R\$(mil)	Quant	R\$(mil)	Quant	R\$(mil)	Quant	R\$(mil)	Quant	R\$(mil)	Quant	R\$(mil)	Quant	R\$(mil)	Quant	R\$(mil)	Quant	R\$(mil)	Quant	R\$(mil)
Distrito Federal – DF	1 233	29 779	751	8 048	3	1	5	31	28	137	10	146	-	-	102	536	9	23	10	4 273	41	196
Águas Lindas de Goiás – GO	3	4	26	212	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	1	X
Cidade Ocidental – GO	50	412	60	283	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	321	-	-	1	X	-	-
Cocalzinho de Goiás – GO	11	32	137	528	1	X	-	-	-	-	1	X	2	X	-	-	-	-	-	-	1	X
Cristalina – GO	99	1 360	415	2 014	-	-	-	-	4	3	-	-	-	-	57	375	3	17	1	X	1	X
Formosa – GO	271	1 997	849	4 220	3	37	-	-	6	1	1	X	-	-	180	859	10	37	5	10	2	X
Novo Gama – GO	13	102	29	91	-	-	-	-	3	8	-	-	-	-	11	69	-	-	2	X	-	-
Padre Bernardo – GO	109	2 392	472	2 254	-	-	-	-	1	X	-	-	3	508	27	61	-	-	3	27	4	5
Planaltina – GO	225	901	186	1	-	-	3	14	2	X	4	6	-	-	8	21	5	9	1	X	1	X

TABELA 26 – QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTO E VALOR DE RECEITAS OBTIDAS POR GRUPO DE PRODUTOS PELOS AGRICULTORES FAMILIAR DO DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS DO ENTORNO

Conclusão

Município – UF	Produtos vegetais		Animais e seus produtos		Animais criados em cativeiros (jacaré, escargô, capivara e outros)		Húmus		Esterco		Atividades de turismo rural no estabelecimento		Exploração mineral		Produtos da agroindústria		Prestação de serviço de beneficiamento e/ou transformação para terceiros		Prestação de serviço empresas integradoras		Outras atividades não-agrícolas realizadas no estabelecimento	
	Quant	R\$(mil)	Quant	R\$(mil)	Quant	R\$(mil)	Quant	R\$(mil)	Quant	R\$(mil)	Quant	R\$(mil)	Quant	R\$(mil)	Quant	R\$(mil)	Quant	R\$(mil)	Quant	R\$(mil)	Quant	R\$(mil)
Santo Antônio do Descoberto – GO	46	201	99	489	2	X	-	-	2	X	-	-	-	-	2	X	7	14	1	X	4	2
Valparaíso de Goiás – GO	5	106	22	39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cabeceira Grande – MG	3	7	133	478	-	-	-	-	7	1	1	X	-	-	13	75	-	-	1	X	-	-

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006

### 6.2.1.5 Organização Social dos Agricultores Familiares Do Distrito Federal e Entorno segundo o Censo IBGE 2006

TABELA 27 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR TIPO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES FAMILIAR DO DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS DO ENTORNO

Município –UF	associa do	Cooperati va	Entidade de classe (sindicatos, associações/movime ntos de produtores e moradores, etc )	Cooperativa e entidade de classe (sindicatos, associações/movime ntos de produtores e moradores, etc )	Não é associa do
Brasília – DF	829	182	591	56	1 302
Águas Lindas de Goiás – GO	7	1	5	1	29
Cidade Ocidental – GO	15	11	3	1	76
Cocalzinh o de Goiás – GO	5	1	4	-	291
Cristalina – GO	111	64	33	14	211
Formosa – GO	162	14	92	56	440
Novo Gama – GO	24	-	24	-	27
Padre Bernardo – GO	48	17	29	2	275
Planaltina – GO	36	4	32	-	260
Santo Antônio do Descobert o – GO	11	-	11	-	84
Valparaíso de Goiás – GO	1	-	1	-	-
Cabeceira Grande – MG	53	43	3	7	35

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006

### 6.2.1.6 Força de Trabalho ocupada pela Agricultura Familiar Do Distrito Federal e Entorno segundo o Censo IBGE 2006

TABELA 28 – QUANTIDADE DE PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR TOTAL E DE 14 ANOS E MAIS DO DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS DO ENTORNO

<b>Município – UF</b>	<b>Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em 31/12 (Pessoas)</b>	<b>Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em 31/12 com 14 anos e mais de idade (Pessoas)</b>
Brasília - DF	6481	6274
Águas Lindas de Goiás – GO	191	183
Cidade Ocidental - GO	629	627
Cocalzinho de Goiás – GO	621	593
Cristalina – GO	2 211	1 785
Formosa – GO	4 106	3 919
Novo Gama – GO	144	138
Padre Bernardo - GO	1 987	1 842
Planaltina – GO	1 439	1 395
Santo Antônio do Descoberto - GO	1 111	974
Valparaíso de Goiás – GO	115	112
Cabeceira Grande – MG	460	421

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006

### 6.2.1.7 Níveis de Escolaridade dos Agricultores Familiares Do Distrito Federal e Entorno segundo o Censo IBGE 2006

TABELA 29 – QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTO POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO DA PESSOA QUE DIRIGE O ESTABELECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS DO ENTORNO

Continua

<b>Município – UF</b>	<b>Nível de instrução da pessoa que dirige o estabelecimento</b>							
	<b>Alfabetização de adultos</b>	<b>Ensino fundamental incompleto (1º grau)</b>	<b>Ensino fundamental completo (1º grau)</b>	<b>Ensino médio ou 2º grau completo (técnico agrícola)</b>	<b>Ensino médio ou 2º grau completo (outro)</b>	<b>Nível Superior</b>	<b>Nenhum, mas sabe ler e escrever</b>	<b>Não sabe ler e escrever</b>
Brasília – DF	12	593	262	86	429	604	55	90
Águas Lindas de Goiás – GO	1	7	1	1	9	11	1	5



TABELA 29 – QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTO POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO DA PESSOA QUE DIRIGE O ESTABELECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS DO ENTORNO

Conclusão

Município – UF	Nível de instrução da pessoa que dirige o estabelecimento							
	Alfabetização de adultos	Ensino fundamental incompleto (1º grau)	Ensino fundamental completo (1º grau)	Ensino médio ou 2º grau completo (técnico agrícola)	Ensino médio ou 2º grau completo (outro)	Nível Superior	Nenhum, mas sabe ler e escrever	Não sabe ler e escrever
Cidade Ocidental – GO	1	57	2	5	3	13	5	5
Cocalzinho de Goiás – GO	20	129	19	4	22	8	47	47
Cristalina – GO	6	84	45	43	58	61	23	2
Formosa – GO	38	219	54	24	83	102	42	40
Novo Gama – GO	-	30	9	-	5	5	2	-
Padre Bernardo – GO	15	135	40	7	43	41	13	29
Planaltina – GO	8	158	22	10	28	30	16	24
Santo Antônio do Descoberto - GO	5	49	12	2	8	15	1	3
Valparaíso de Goiás – GO	-	-	-	-	1	0	-	-
Brasília – DF	12	593	262	86	429	604	55	90
Cabeceira Grande – MG	2	44	4	7	11	11	5	4

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006

## 6.2.2 Agricultura Familiar Do Distrito Federal e Entorno segundo a DAP

### 6.2.2.1 Quantidade de Estabelecimentos da Agricultura Familiar do Distrito Federal e Entorno segundo a DAP

TABELA 30 – QUANTIDADE DE DAP ATIVAS DO DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS DO ENTORNO

<b>Município – UF</b>	<b>Quantidade de DAP</b>
Brasília – DF	3 811
Águas Lindas de Goiás – GO	105
Cidade Ocidental – GO	137
Cocalzinho de Goiás – GO	143
Cristalina – GO	554
Formosa – GO	637
Novo Gama – GO	56
Padre Bernardo – GO	235
Planaltina – GO	231
Santo Antônio do Descoberto – GO	184
Valparaíso de Goiás – GO	81
Cabeceira Grande – GO	89

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – Coordenação de Monitoramento e Avaliação em 2014

## 6.2.2.2 Área média dos estabelecimentos dos agricultores familiares do DF e Entorno, segundo a DAP

TABELA 31 – ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS E QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS POR GRUPO TOTAL DE ÁREA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS DO ENTORNO

Continua

Município	Média da Área do Estabelecimento	Grupos de área total														Produto r sem área
		Mais de 0 a menos de 0,1 há	De 0,1 a menos de 0,2 ha	De 0,2 a menos de 0,5 ha	De 0,5 a menos de 1 ha	De 1 a menos de 2 ha	De 2 a menos de 3 ha	De 3 a menos de 4 ha	De 4 a menos de 5 ha	De 5 a menos de 10 ha	De 10 a menos de 20 ha	De 20 a menos de 50 ha	De 50 a menos de 100 ha	De 100 a menos de 200 ha	De 200 a menos de 500 ha	
Brasília – DF	5,55	1	12	24	73	271	1141	315	321	975	524	139				15
Águas Lindas de Goiás – GO	9,75	-	-	3	25	20	16	6	5	7	10	6	6	1		
Cidade Ocidental – GO	8,01	-	-	5	6	21	21	17	14	30	3	18	1	1		
Cocalzinho de Goiás – GO	25,37	-	-	-	1	38	7	-	2	10	22	45	11	7		
Cristalina – GO	29,58	-	-	-	1	52	5	9	2	32	124	234	73	22		
Formosa – GO	23,90	-	-	3	10	60	10	10	4	65	203	208	43	21		
Novo Gama – GO	7,32	-	-	-	-	16	22	4	2	3	2	6	1			
Padre Bernardo	25,26	-	-	1	1	15	3	2	-	12	85	90	19	7	-	18

TABELA 31 – ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS E QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS POR GRUPO TOTAL DE ÁREA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS DO ENTORNO

Conclusão

Município	Média da Área do Estabelecimento	Grupos de área total														Produto r sem área
		Mais de 0 a menos de 0,1 há	De 0,1 a menos de 0,2 ha	De 0,2 a menos de 0,5 ha	De 0,5 a menos de 1 ha	De 1 a menos de 2 ha	De 2 a menos de 3 ha	De 3 a menos de 4 ha	De 4 a menos de 5 ha	De 5 a menos de 10 ha	De 10 a menos de 20 ha	De 20 a menos de 50 ha	De 50 a menos de 100 ha	De 100 a menos de 200 ha	De 200 a menos de 500 ha	
– GO Planaltina	12,28	-	-	-	6	25	19	11	10	105	22	21	4	8		
– GO Santo Antônio do Descoberto	9,48	-	-	16	20	16	39	21	14	16	20	14	5	3		
– GO Valparaíso de Goiás	2,86	-	8	8	26	19	9	3	3	3	1	-	-	1		
– GO Cabeceira Grande	55,57	-	1	4	4	2	-	-	-	8	13	16	22	16	1	2

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – Coordenação de Monitoramento e Avaliação em 2014

## 6.2.2.3 Condição e Uso da Terra dos Agricultores Familiares do DF e Entorno, segundo a DAP

TABELA 32 – QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS POR USO E POSSE DA TERRA NO DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS DO ENTORNO

Município	Nº	Acampamento	Arrendatário/a	Assentado/a pelo PNRA	Ben_ do Cédula da Terra	Beneficiário/a do B_ da Terra	Beneficiário/a do CFCEPR	Beneficiário/a do PN1ª Terra	Beneficiário/a do PNCF	Comodatário	Extrativista DAP	Meeiro/a	Não se aplica	Outra	Parceiro/a	Posseiro/a	Proprietário/a	Uso Coletivo
Brasília – DF	3 811	1	613	92					6	44		69	22	93	706	1527	607	34
Águas Lindas de Goiás – GO	105		36	1					4	7						11	46	
Cidade Ocidental – GO	174	37	18	37										27		17	38	
Cocalzinho de Goiás – GO	208	65	16	65						3					2	3	54	
Cristalina – GO	610	56	32	244		21		35		8				9	4	25	176	
Formosa – GO	701	57	79	158		12			114	18		1		3	13	37	208	1
Novo Gama – GO	56		11												1	1	43	
Padre Bernardo – GO	299	51	38	59		41			11	12				8	13	5	61	
Planaltina – GO	272	41	21	42					68	1		4			10	26	59	
Santo Antônio do Descoberto – GO	184		9							3		1			12	121	35	3
Valparaíso de Goiás – GO	81		3											14		1	63	
Cabeceira Grande – MG	98		11							8			2		1	11	65	

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – Coordenação de Monitoramento e Avaliação em 2014

## 6.2.2.4 Organização Social dos Agricultores Familiares do DF e Entorno, segundo a DAP

TABELA 33 - QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTO POR ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES FAMILIAR DO DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS DO ENTORNO

Município	Nº	Associação	Cooperativa	Indígena	Não Pertence	Outra	Quilombo	Sind Rural	Sind/Assoc vinculado a ANPA/MPA	Sind/Assoc vinculado a FETRAF	Sindicato vinculado a CNA	Sindicato vinculado a CONTAG	STR/SIND
Brasília – DF	3816	1939	194	2	1447	175		4	3	36	5	9	2
Águas Lindas de Goiás – GO	109	9	9		51	3		2		5		30	
Cidade Ocidental – GO	137	14			37	37	49						
Cocalzinho de Goiás – GO	144	5	2		64	68		1		1		3	
Cristalina – GO	587	188	36		46	106				1	62	148	
Formosa – GO	753	213	77	1	90	72	1	45	1	18	2	220	13
Novo Gama – GO	56	38			18								
Padre Bernardo – GO	249	54	47		52	77		1		6		12	
Planaltina – GO	321	45	65		45	50		48		4		16	48
Santo Antônio do Descoberto – GO	205	113	2		61	4		1		2	3	19	
Valparaíso de Goiás – GO	81	5	7		67	2							
Cabeceira Grande – MG	102	30	26		29	7						7	3

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – Coordenação de Monitoramento e Avaliação em 2014

## 6.2.2.5 Ocupação Principal dos Agricultores Familiares do DF e Entorno, segundo a DAP

TABELA 34 – QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTO POR OCUPAÇÃO PRINCIPAL DOS AGRICULTORES FAMILIAR DO DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS DO ENTORNO

Município	Nº	Agricultor	Aquicultor	Artesão	Extrativista	Indefinido	Outra	Pecuarista	Pescador	Silvicultor	Turismo Rural
Brasília – DF	3898	3363	30	31	1		69	366	26	4	8
Águas Lindas de Goiás – GO	130	102	1				5	22			
Cidade Ocidental – GO	138	125						13			
Cocalzinho de Goiás – GO	191	124	3				1	60	2	1	
Cristalina – GO	633	456	14				9	152	1	1	
Formosa – GO	1083	531	7	3	24		85	430			3
Novo Gama – GO	91	46	10					34	1		
Padre Bernardo – GO	363	229	3	1			5	123	2		
Planaltina – GO	367	224	4				65	71	2		1
Santo Antônio do Descoberto – GO	327	175	14	2	3		5	127		1	
Valparaíso de Goiás – GO	103	80	3					20			
Cabeceira Grande – MG	115	42	1					69	3		

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – Coordenação de Monitoramento e Avaliação em 2014

## 6.2.2.6 Força De Trabalho

## PERMANENTE

TABELA 35 – MÉDIA DE FORÇA DE TRABALHO PERMANENTE NOS ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS DO ENTORNO

<b>Município – UF</b>	<b>Total de Empregados Permanentes</b>
Brasília – DF	0,078982
Águas Lindas de Goiás – GO	0
Cidade Ocidental - GO	0
Cocalzinho de Goiás – GO	0
Cristalina – GO	0,001805
Formosa – GO	0,00157
Novo Gama – GO	0
Padre Bernardo – GO	0
Planaltina – GO	0
Santo Antônio do Descoberto – GO	0
Valparaíso de Goiás – GO	0,012346
Cabeceira Grande – MG	0,101124

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – Coordenação de Monitoramento e Avaliação em 2014

## EVENTUAL

TABELA 36 – MÉDIA DE FORÇA DE TRABALHO EVENTUAL NOS ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS DO ENTORNO

<b>Município – UF</b>	<b>Total de Empregados Eventual</b>
Brasília – DF	0,25
Águas Lindas de Goiás – GO	0,17
Cidade Ocidental – GO	0,59
Cocalzinho de Goiás – GO	0,06
Cristalina – GO	0,07
Formosa – GO	0,27
Novo Gama – GO	1
Padre Bernardo – GO	0,09
Planaltina – GO	0,12
Santo Antônio do Descoberto – GO	0,09
Valparaíso de Goiás – GO	0,60
Cabeceira Grande – MG	0,48

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – Coordenação de Monitoramento e Avaliação em 2014



## QUANTIDADE DE MEMBROS

TABELA 37 – MÉDIA DE MEMBROS FAMILIARES NOS ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS DO ENTORNO

<b>Município</b>	<b>Total de Membros Da Família</b>
Brasília – DF	4,12
Águas Lindas de Goiás - GO	4,29
Cidade Ocidental – GO	3,29
Cocalzinho de Goiás – GO	2,94
Cristalina – GO	3,20
Formosa – GO	2,84
Novo Gama – GO	4
Padre Bernardo – GO	3,59
Planaltina – GO	2,93
Santo Antônio do Descoberto – GO	3,33
Valparaíso de Goiás – GO	4,32
Cabeceira Grande – MG	2,93

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – Coordenação de Monitoramento e Avaliação em 2014

## 6.2.2.7 Escolaridade dos Agricultores Familiares do DF e Entorno, segundo a DAP

TABELA 38 – MÉDIA DE ANOS DE ESCOLARIDADE DOS AGRICULTORES FAMILIAR DO DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS DO ENTORNO

<b>Município</b>	<b>Anos de Escolaridade</b>
Brasília – DF	8,5
Águas Lindas de Goiás – GO	5,4
Cidade Ocidental – GO	5,8
Cocalzinho de Goiás – GO	5,2
Cristalina – GO	7
Formosa – GO	6,2
Novo Gama – GO	5,6
Padre Bernardo – GO	6,5
Planaltina – GO	5,5
Santo Antônio do Descoberto – GO	5,9
Valparaíso de Goiás – GO	5,9
Cabeceira Grande – MG	7

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – Coordenação de Monitoramento e Avaliação em 2014

## 6.2.2.8 Idade dos Agricultores Familiares do DF e Entorno, segundo a DAP

TABELA 39 – IDADE MÉDIA DOS AGRICULTORES FAMILIAR DO DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS DO ENTORNO

<b>Município</b>	<b>Média Idade</b>
Brasília – DF	48,10
Águas Lindas de Goiás – GO	49,70
Cidade Ocidental – GO	50,76
Cocalzinho de Goiás – GO	50,81
Cristalina – GO	51,58
Formosa – GO	51,62
Novo Gama – GO	52,20
Padre Bernardo – GO	51,91
Planaltina – GO	46,93
Santo Antônio do Descoberto – GO	48,33
Valparaíso de Goiás – GO	55,16
Cabeceira Grande – GO	54,28

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – Coordenação de Monitoramento e Avaliação em 2014

## 7 CONCLUSÕES

A agricultura familiar brasileira é um universo de extrema disparidade de características, temos um grupo que exibe grande capacidade produtiva, mesmo tendo menor acesso à terra e a vários tipos de recursos, também representa grande parcela dos brasileiros que estão em situação de risco, vivendo abaixo ou muito próximo da linha de pobreza.

A primeira conclusão é que os agricultores familiares são de relevante importância no Brasil, onde representam 84,38% dos estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 24,41% segundo o Censo do IBGE 2006.

Ainda segundo o Censo, os agricultores familiares geraram Produto Interno Bruto de R\$ 57,4 bilhões que representa 33,2% do PIB do setor primário, sendo 33,1% da pecuária, 33,5% das lavouras e 79,6% das agroindústrias. Ressaltando ainda mais que a agricultura familiar não pode ser sinônima apenas da extrema pobreza, fato que já vem sendo desmistificado ao longo dos estudos, levantamento de dados e estatísticas que vem sendo realizados.

Porém, existem parâmetros diferentes entre os critérios utilizados pelo Censo e a metodologia de cadastro do agricultor familiar pela DAP, até mesmo divergente aos da Lei da Agricultura Familiar, que não cita limite de renda, nem restringe sobre os empreendimentos terem equipamentos como colheitadeiras e uso de mão de obra em dias.

Logo, percebe-se algumas divergências entre os dados do Censo e do Banco de dados da DAP, UF com mais DAPs do que o Censo informa e vice-versa. Isso pode acontecer por diversos fatores, o Banco de Dados da DAP do MDA é atualizado conforme os cadastros dos agricultores familiares vão acontecendo, por várias instituições estaduais que são conveniadas a realizarem esse serviço. O Censo Agropecuário de 2006 foi realizado antes da Lei da Agricultura Familiar ser publicada, porém o Censo tentou adequar os critérios utilizados na tabulação.

Porém pode-se perceber que o Distrito Federal tem particularidades em relação a outras UF's, uma delas, é ser a única que tem menor número de agricultores familiares em relação ao grupo de agricultores classificados como

não familiares.

Essa informação tem que ser avaliada com mais critérios, tendo em vista que o número de agricultores familiares com DAP é quase duas vezes maior ao número de agricultores familiares contabilizados no Censo 2006.

As pequenas e médias propriedades são mais relevantes na operacionalização do conceito de desenvolvimento rural sustentável, não só por já indicarem uma menor concentração de terra e renda, se as mesmas foram priorizadas nas políticas públicas visto o maior nº de proprietários com melhor nível de renda, como também seria um fixador e distribuidor de população no meio rural e contribuindo para a dimensão espacial do processo de desenvolvimento, ou seja, a melhor distribuição da população e na ocupação do espaço territorial.

A valorização cultural também é incontestável, visto que estes pequenos e médios agricultores familiares estão, e estariam, morando no meio rural e divulgando as suas tradições.

O conflito entre empregadores e empregados é importante e notório em toda a sociedade e não pode mascarar o viés do desenvolvimento entre os pequenos e meios produtores rurais e os grandes. Ratificando que a grande maioria dos pequenos e médios são familiares.

Conclui-se que os agricultores familiares Distrito Federal podem estar sendo prejudicados pela forma de tratamento deste grupo, tendo vistas suas peculiaridades, sendo algumas delas: histórico e forma de como foi idealizada e ocupada, tanto a área urbana, quanto a área rural, tratamento administrativo com um único município, o crescimento populacional, localização geográfica, característica socioeconômica da população.

Percebe a necessidade extrema de ser estudado o universo da agricultura familiar no Distrito Federal, permitindo assim, cada vez mais a elaboração e aplicação de ferramentas e políticas com uma maior eficiência para este público, trazendo benefícios não apenas diretamente a elas, mas a todos que necessitam e usufruem dos resultados alcançados pela agricultura familiar.

Afinal a agricultura é o início da cadeia que alimenta, veste e move uma sociedade, sendo cada vez mais necessário ser eficiente para produzir

mais e com maior qualidade, respeitar o meio ambiente, trabalhar de forma ética e moral e ser economicamente rentável, gerando para o agora, corrigindo ações passadas e preservando para gerações futuras.

## 8 SUGESTÕES

Tendo em vista que o Distrito Federal é formado por inúmeras peculiaridades, as ações têm que ser pensadas com algumas condições adequadas ao universo da agricultura familiar, que é completamente heterogêneo. Levando em consideração essas afirmativas apresentamos a seguir as sugestões deste estudo:

a. Construir uma metodologia para a especificação de localização dentro do Distrito Federal, seja ela por Região Administrativa ou por localização dos escritórios da Emater;

b. Articular com o Censo a possibilidade de utilizar a metodologia de localização, além do município, no caso do Distrito Federal, tendo em vista que o mesmo é entendido como um único município;

c. Iniciar/fortalecer parcerias entre os órgãos de apoio a agricultura familiar com Universidades, Organização Não Governamental - ONGs, Cooperativas, Instituições Públicas e Privadas, que possam estudar/pesquisar detalhadamente a agricultura familiar no Distrito Federal, pois os dados existentes e públicos não possibilitam a identificação de localização, assim, quando são feitos os números deste público, generaliza-se a toda Unidade da Federação, logo, não é possível a identificação de características específicas;

d. Realizar um levantamento detalhado da real situação do Distrito Federal em relação da Agricultura familiar para embasamento legal para as discussões sobre o tamanho ou quantidade de módulo fiscal;

8. Tendo em vista todas as peculiaridades do Distrito Federal, criar um grupo de estudo com representantes da Emater-DF, INCRA, MDA, Instituto da Terra e outros Órgãos que competem a possibilidade de adequação da Lei da Agricultura Familiar para as necessidades específicas do Distrito Federal;

9. Realizar estudos de casos não apenas quantitativos, mas também, qualitativos entre experiências de estabelecimentos situados no Distrito Federal e em municípios limítrofes, que possuam características parecidas.

## REFERENCIAS

BOTELHO FILHO, F.B. **As relações rural-urbano no Distrito Federal**. Tese de Doutorado. Universidade de Campinas (UNICAMP). Instituto de Economia. Campinas, 2001.

BRASIL. Lei da 11.326 de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília, 1994 (Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036).

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

INCAPER Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. **Agricultura familiar: caracterização 2011** Disponível em: <[http://www.incaper.es.gov.br/setores01\\_02.htm](http://www.incaper.es.gov.br/setores01_02.htm)> Acesso em: 16 nov 2015.

INCRA/FAO. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília, 1996

INCRA. **Novo Retrato da Agricultura: o Brasil redescoberto**. Brasília, MDA, 2000.

LIMA, Arlindo Prestes de **Administração da unidade de produção familiar, modalidades de trabalho com agricultores** 3ª Ed Ijuí: Unijuí, 2005, 224p.

MAURICIO PIERRI, Maria Clara Queiroz. **Um recorte em território artificializado: agricultura familiar e comercialização na feira dos Goianos – Gama/DF**. Brasília 2010. 194p.: il Dissertação de Mestrado (M) – Universidade de Brasília/Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, 2010.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política** 2011 289 f Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011

SAUER, S. **Terra e modernidade: a dimensão do espaço na aventura da luta pela terra** Brasília: UnB, jun Tese de doutorado 2002.

SHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulos Eduardo Moruzzi (Org ). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004,p 21-50.

WANDERLEY, Maria N B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro** XX Encontro Anual da ANPOCS Caxambu, 1996 WANDERLEY, Maria N B Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade, Estudos sociedade e agricultura, n 21, out , 2003

WANDERLEY, Maria N B **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Ed UFRGS, 2009

<http://www.comciencia.br/reportagens/ppublicas/pp07.htm>, acessado em  
[http://www.sedhab.df.gov.br/images/pdot/mapas/atualizacao\\_2013/mapa%201b%20-%20detalhamento%20zona%20rural%20de%20uso%20controlado\\_resolucao.jpg](http://www.sedhab.df.gov.br/images/pdot/mapas/atualizacao_2013/mapa%201b%20-%20detalhamento%20zona%20rural%20de%20uso%20controlado_resolucao.jpg)  
[http://www.sedhab.df.gov.br/images/pdot/mapas/atualizacao\\_2013/mapa%205%20-%20densidade%20bruta%20de%20ocupao\\_resolucao.jpg](http://www.sedhab.df.gov.br/images/pdot/mapas/atualizacao_2013/mapa%205%20-%20densidade%20bruta%20de%20ocupao_resolucao.jpg)  
[http://www.sedhab.df.gov.br/images/pdot/mapas/atualizacao\\_2013/MAPA%206%20-%20%C3%81REAS%20ECON%C3%94MICAS\\_resolucao.jpg](http://www.sedhab.df.gov.br/images/pdot/mapas/atualizacao_2013/MAPA%206%20-%20%C3%81REAS%20ECON%C3%94MICAS_resolucao.jpg)  
[http://www.sedhab.df.gov.br/images/pdot/mapas/atualizacao\\_2013/mapa%201a%20-%20zoneamento\\_resolucao.jpg](http://www.sedhab.df.gov.br/images/pdot/mapas/atualizacao_2013/mapa%201a%20-%20zoneamento_resolucao.jpg)  
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/>



**ANEXO****ANEXO I - LEI DA AGRICULTURA FAMILIAR****Presidência da República****Casa Civil****Subchefia para Assuntos Jurídicos****LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006.**

**Estabelece as diretrizes para a formulação da  
Política Nacional da Agricultura Familiar e  
Empreendimentos Familiares Rurais**

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Art. 2º A formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas para a reforma agrária.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

~~III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;~~

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; [\(Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aqüicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º; [\(Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º. [\(Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

§ 3º O Conselho Monetário Nacional - CMN pode estabelecer critérios e condições adicionais de enquadramento para fins de acesso às linhas de crédito destinadas aos agricultores familiares, de forma a contemplar as especificidades dos seus diferentes segmentos. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

§ 4º Podem ser criadas linhas de crédito destinadas às cooperativas e associações que atendam a percentuais mínimos de agricultores familiares em seu quadro de cooperados ou associados e de matéria-prima beneficiada, processada ou comercializada oriunda desses agricultores, conforme disposto pelo CMN. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

Art. 4º A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais observará, dentre outros, os seguintes princípios:

I - descentralização;  
II - sustentabilidade ambiental, social e econômica;  
III - equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia;

IV - participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

Art. 5º Para atingir seus objetivos, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais promoverá o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as seguintes áreas:

- I - crédito e fundo de aval;
- II - infra-estrutura e serviços;
- III - assistência técnica e extensão rural;
- IV - pesquisa;
- V - comercialização;
- VI - seguro;
- VII - habitação;
- VIII - legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária;
- IX - cooperativismo e associativismo;
- X - educação, capacitação e profissionalização;
- XI - negócios e serviços rurais não agrícolas;
- XII - agroindustrialização.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que for necessário à sua aplicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de julho de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Guilherme Cassel

Este texto não substitui o publicado no DOU de 25.7.2006